



# Relatório de Gestão Consolidado 2013



Grupo ML



Trem, A.C.E.  
Trem II, A.C.E.



## Índice

1. Enquadramento .....	3
2. Perímetro de Consolidação .....	4
3. Principais indicadores do Grupo .....	5
4. Atividade do Grupo ML .....	6
4.1 ML, E.P.E .....	6
4.2 Ferconsult, S.A. ....	8
4.3 METROCOM, S.A. ....	9
5. Investimento .....	10
6. Financiamentos obtidos .....	11
7. Recursos Humanos .....	12
8. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício .....	13
9. Perspetivas 2014 .....	14
10. Demonstrações financeiras .....	15
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 .....	20
Parecer do Conselho Fiscal .....	82
Certificação Legal das Contas do Grupo ML .....	83



Grupo ML



Itém, A.C.E.  
Itém II, A.C.E.



## 1. Enquadramento

O Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho impõe a todas as empresas-mãe sujeitas ao direito nacional a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as subsidiárias sobre as quais exerça influência dominante ou controlo. Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. ("Metropolitano" ou "ML") (denominação assumida no dia 26 de Junho de 2009) como empresa-mãe do Grupo Metropolitano ("Grupo" ou "Grupo ML"), preparou demonstrações financeiras consolidadas do Grupo de empresas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2013. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC") que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

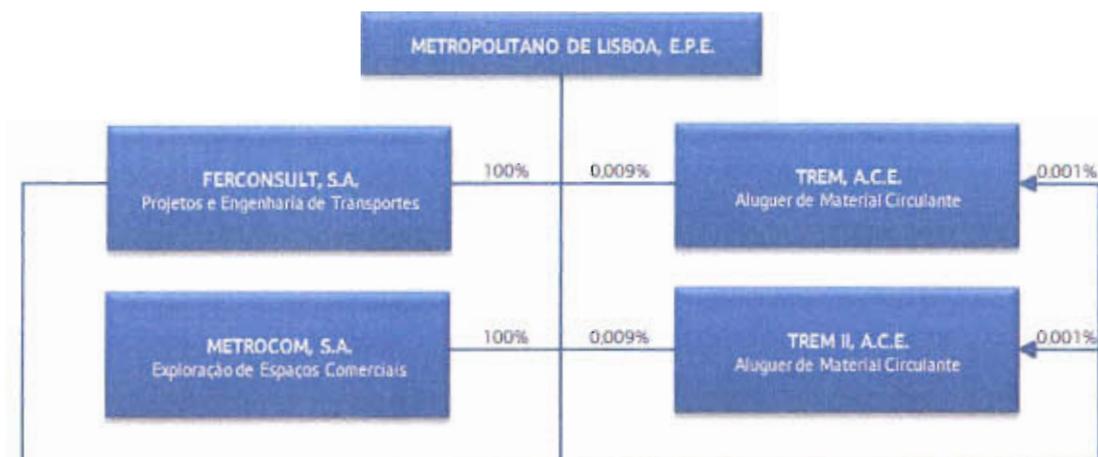
A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a impostos sobre o rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o Grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

O Volume de Vendas consolidado do Grupo ML no ano 2013 cifrou-se em cerca de 88,4 milhões de euros, 1,6% acima do montante realizado no exercício anterior. Deste montante, as atividades de Transporte de Passageiros e Gestão de Infraestruturas contribuíram com 92% do total.

O Resultado Líquido negativo Consolidado ascendeu a 19,3 milhões de euros, melhorando significativamente os resultados obtidos em 2012 e que foram negativos em 81,6 milhões de euros.

## 2. Perímetro de Consolidação

O perímetro de consolidação do Grupo ML é constituído pelas seguintes empresas:



As contas das empresas identificadas no quadro abaixo foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas como “interesses sem controlo”.

Empresa	Sede	Percentagem de capital detida		
		Direta	Indireta	Total
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40%	-	40%
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5%	45%	50%
Edel – Empresa Editorial, Lda.	Lisboa	a)	a)	a)
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	16%	-	16%
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	-	14,29%

a) Informação não disponível.

### 3. Principais indicadores do Grupo

Os principais indicadores da atividade do Grupo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como se segue:

	Un.	2013	2012
Volume Negócios	€	88.414.778	87.009.762
Indemnizações Compensatórias	€	44.000.000	44.000.000
EBITDA ajustado	€	33.903.639	29.131.394
Resultado Operacional	€	21.592.650	(3.315.096)
Resultado Líquido	€	(19.293.748)	(81.558.326)
Efetivo	n.º de colaboradores	1.562	1.645



Grupo ML

FERCONSULT



Ferrovias do Alentejo, S.A.S.



Transportes de Lisboa

## 4. Atividade do Grupo ML



### 4.1 ML, E.P.E

O ML, EPE tem como objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A 23 de agosto de 2012, foram nomeados novos Órgãos Sociais, para o mandato 2012/2014, comuns ao Metropolitano de Lisboa, EPE e à Carris, SA e que marcou a alteração no paradigma de gestão das empresas de transportes.

A estratégia do atual Conselho de Administração, assenta no aumento de eficiência, no crescimento da quota de mercado do transporte público e na preparação da empresa para a abertura da gestão a entidades privadas, conforme orientação governamental.

A sua atividade sustenta-se em duas atividades: Transportes de Passageiros e Gestão de Infraestruturas.

Da sua atividade operacional registou-se a quebra de procura em 11,9%, resultante de um conjunto variado de fatores que decorrem da conjuntura recessiva da economia e do aumento da fraude.

A oferta registou um aumento de 0,75%, permitindo o ajustamento à procura média de transporte e tendo como objetivo o aumento de eficiência da empresa. No ano de 2013 ocorreram perturbações na circulação de comboios por motivo de greves.

Durante o ano de 2013, aumentaram as parcerias estratégicas para divulgação da marca e para encontrar novos negócios numa ótica de sustentabilidade empresarial. Decorrente da integração operacional com a CARRIS, surgiram um conjunto de projetos, tais como o novo Centro de Atendimento Comum e a estandardização dos diversos Espaços do Cliente.

No âmbito das atividades desenvolvidas no âmbito da estratégia de integração operacional, destacam-se as seguintes:

- “Centro de Atendimento CARRIS|METRO” – Possibilita que os clientes, de uma forma simples e direta, esclareçam todas as dúvidas e obtenham informações sobre as suas deslocações diárias na AML;
- “Espaço Cliente” – Abertura, na estação Campo Grande, de um novo local de atendimento comum ao ML e à CARRIS, dando a possibilidade aos clientes de tratarem de todos os assuntos de natureza comercial relativos ao serviço prestado pelas duas empresas, bem como à produção dos cartões “Lisboa viva” solicitados às duas empresas;
- Reabertura do “Gabinete do Cliente” (Marquês de Pombal) do ML e das “lojas Mob” (Arco do Cego e Santo Amaro) da CARRIS com nova imagem e filosofia do “Espaço Cliente” do Campo Grande;
- Prestação de serviços internos entre as duas empresas, potenciando as mais-valias de cada empresa;
- Contratação partilhada de fornecimentos de bens e serviços, maximizando o efeito de escala.

De entre as atividades que contribuíram para o acréscimo de receitas complementares, salientam-se o aluguer do Auditório do Alto dos Moinhos, a cedência de espaços em estações/instalações ML para publicidade, Merchandising, através da comercialização de diversas peças Vista Alegre/Atlantis com motivos inspirados nas intervenções plásticas relativas à estação Aeroporto.

Registou-se uma redução de 76 colaboradores (4,9%) face a 2012, dando cumprimento aos objetivos de reestruturar e redimensionar serviços e consequentemente a melhoria de eficiência da Empresa. A taxa de absentismo global foi de 6,94% registando um acréscimo de 0,77p.p.

O Volume de Negócios foi de 81,1 milhões de euros.

A Indemnização Compensatória atribuída pelo Estado foi de 44 milhões de euros (valor sem IVA), valor igual ao ano anterior e em termos de subsídios à exploração no global situaram-se em 45,4 milhões de euros (valor sem IVA), menos 1,6% do que no ano anterior.

Ao nível dos Resultados, verificou-se um aumento de 7% dos gastos operacionais, devido a alterações no registo contabilístico dos custos associados ao plano de pensões decorrentes do estudo atuarial. Do lado dos rendimentos operacionais, verifica-se um aumento de 24%, decorrente da variação positiva do justo valor da carteira de IGRF<sup>1</sup> referentes a financiamentos ML e à redução de 50% nos juros suportados pelo ML, o que permitiu alcançar um EBITDA<sup>2</sup> positivo de 24,6 milhões de euros, mais 3,8 milhões do que em 2012.

O resultado líquido ascendeu a -15,3 milhões de euros, melhorando significativamente em relação ao ano anterior, i.e. em cerca de 80,3%.

ML	
<u>Volume de Negócios</u>	81,1 M€
<u>EBITDA</u>	24,6 M€

<sup>1</sup> Instrumentos de gestão de risco financeiro (IGRF).

<sup>2</sup> Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam).



Grupo ML



Trans, A.C.E.  
Trans II, A.C.E.



## 4.2 Ferconsult, S.A.



A Ferconsult, S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional.

Face à retração de novos investimentos no sector das infraestruturas de transporte no mercado nacional, a empresa tem vindo a apostar na internacionalização. Prova disso são as 38 propostas apresentadas em 2013, no valor aproximado de 71 milhões de euros, em vários mercados Internacionais, mantendo o foco no mercado Argelino e no mercado Brasileiro. Outros mercados alvos foram Moçambique, Cazaquistão, Dinamarca, Índia e Tunísia, com apresentação de propostas de pré-qualificação.

A percentagem de vendas internacionais em 2013, representou 86,5% (5,7 milhões de euros) do total da atividade da empresa.

Em linha com a tendência de inexistência de oportunidades no mercado nacional, tornou-se praticamente nulo o volume de trabalho realizado para o ML face aos restantes clientes. Apesar de em 2013, o volume de negócios com o acionista cifrar-se em 432 milhares de euros (6,5%), uma parte significativa deveu-se a acerto de contas relativo a trabalhos efetuados anteriormente, no valor de 373 milhares de euros. No caso de não se considerar o valor de trabalhos referentes a exercícios anteriores, o volume de negócios com o ML, seria inferior a 1%.

No ano de 2013 verificou-se o aumento da sua atividade, tendo-se invertido a tendência de redução do Volume de Negócios. Esta variação no montante das prestações de serviços em 2013 é essencialmente justificada pelo aumento do volume de trabalhos para os seguintes clientes: Metrô de São Paulo e Enterprise Metro D'Alger.

Dando sequência ao processo de reorganização iniciado em 2011, com as diversas medidas para a redução de despesas, procedeu-se à reestruturação organizacional da empresa, tendo em vista torná-la mais operacional e mais competitiva.

A referida reestruturação, permitiu reduzir os gastos operacionais, conseguindo-se obter resultados operacionais positivos.

O Volume de Negócios foi de 6,6 milhões de euros, tendo aumentado 41,4% em relação ao ano anterior.

O Resultado Operacional foi de 0,13 milhões de euros positivos (1,16 milhões de euros negativos em 2012) e o Resultado Líquido de 0,12 milhões positivos, tendo melhorado em 1,32 milhões em relação ao ano anterior.

O EBITDA positivo em 0,42 milhões de euros, deveu-se essencialmente ao aumento do Volume de Negócios em 41% e os gastos operacionais em apenas 12%.

Ferconsult	
<u>Volume de Negócios</u>	6,6 M€
<u>EBITDA</u>	0,42 M€

### 4.3 METROCOM, S.A.



A Metrocom, S.A., tem como objeto promover e comercializar espaços adequados existentes na rede de metro de Lisboa, gerir os contratos nomeadamente no que respeita a lojas, escritórios, vitrinas, programar e organizar novas formas de comercialização de produtos nas estações e demais espaços da rede como eventos ocasionais (feiras de livros e outras) e ações promocionais.

Comparando com 2012, a comercialização das lojas sofreu uma quebra. A taxa de ocupação foi de 78,61% e em 2012 tinha sido de 91,02%. A linha Amarela, concorreu com 38,35% para os proveitos totais; seguida da Linha Azul, com 34,77%; a linha Vermelha, com 21,11% e por último a linha Verde com 5,77%.

O Volume de Negócios em 2013 foi de 2,32 milhões de euros, registando-se uma diminuição de 11% em relação ao ano de 2012.

O Resultado Operacional foi de 464,2 milhares de euros positivos, tendo decrescido 21,5% relativamente ao exercício anterior. Para este resultado, contribuiu a redução do valor das prestações de serviços em 11%, em comparação com 2012. Na linha da política iniciada em 2011, continuaram os esforços de redução de gastos, fazendo com que os gastos operacionais diminuíssem 10% face ao ano anterior, situando-se em 2.106,0 milhares de euros.

Metrocom	
<u>Volume de Negócios</u>	2,32 M€
<u>EBITDA</u>	476 m€



Grupo ML



Trem, S.C.E.  
Trem II, S.C.E.



## 5. Investimento

O ano de 2013 foi caracterizado por uma forte contenção nas despesas desta natureza. Os investimentos mais significativos efetuados pelo Grupo ML, foram assumidos pelo próprio ML, sendo que o **investimento de expansão/modernização** ascendeu a 1,6 milhões de euros. Embora os troços das extensões da linha Vermelha a São Sebastião e ao Aeroporto já se encontrassem em exploração em 2013, foi necessário dar seguimento aos trabalhos complementares que ainda estavam em curso.



Durante o ano de 2013, foi apresentada candidatura ao Fundo de Coesão para a obtenção de financiamento à conclusão dos trabalhos de expansão à Reboleira. O investimento deste projeto estava orçamentado em 62,77 milhões de euros, sendo a comparticipação comunitária de 59,28 milhões de euros

Proseguiram também os trabalhos de ampliação/remodelação das estações da linha Verde, visando a adaptação das mesmas à circulação de comboios com 6 carruagens. Em

novembro de 2013 procedeu-se à abertura à exploração do átrio sul da estação Areeiro e encontra-se por concluir o estudo prévio de arquitetura da estação Arroios.



Grupo ML

**FERCONSULT**  
Sociedade por quotas, limitada a 1000000€

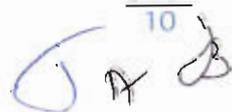


Trens, A.C.E.  
Trem II, A.C.E.

**FT**  
Transportes de Lisboa

Investimento

10



## 6. Financiamentos obtidos

As fontes de financiamento do ML associadas ao Investimento do ML foram: o PIDDAC, com 4,8 milhões de euros e o Fundo de Coesão, com 51,6 milhões de euros, sendo este valor referente ao cofinanciamento de despesas incorridas como projeto de expansão à Reboleira.

Para a atividade Operação, o ML, enquanto entidade pública reclassificada, beneficiou de empréstimos do Tesouro, o que permitiu que as necessidades de tesouraria fossem cobertas pelas Receitas próprias, pelas Indemnizações Compensatórias e pelo financiamento assegurado pelo Estado Português.

G A B

## 7. Recursos Humanos

Numa época em que o contexto organizacional é caracterizado pela escassez de recursos económico-financeiros e pelas mudanças que ocorrem a um ritmo acelerado, a gestão das pessoas é fator chave para o sucesso de qualquer organização.



Tendo por base a missão de cada empresa do Grupo ML e a prossecução dos objetivos do Grupo adequando o número de efetivos e a sua qualificação às necessidades dos respetivos negócios, no final de 2013 o efetivo do Grupo era composto por 1562 colaboradores, sendo a sua distribuição a seguinte:

ML	Metrocom	Ferconsult
1.451	6	105

No Grupo ML, registaram-se 86 saídas, sendo que o ML foi a empresa em que se registou mais saídas de colaboradores.

Os gastos com pessoal, atingiram o valor de cerca de 91,9 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 13% face a 2012. Este acréscimo resultou da reposição do subsídio de Natal, do aumento das indemnizações para rescisões contratuais e da adoção de diferentes critérios de contabilização dos custos do plano de pensões, sendo que estas alterações contabilísticas resultaram de recomendações dos Auditores externos.

## 8. Factores relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram quaisquer factos relevantes que afetem significativamente as demonstrações financeiras consolidadas do exercício agora findo. As divulgações dos eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2013 encontram-se efetuadas na nota 34 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013.



T A B

## 9. Perspetivas 2014

No exercício de 2014, consideraram-se perspetivas de recuperação gradual da economia portuguesa, não obstante alguns constrangimentos estruturais e o processo, em curso, de consolidação orçamental, no quadro dos compromissos assumidos a nível europeu.

O **ML, E.P.E.** prosseguirá a sua atividade tendo em conta as seguintes vertentes:

- Medidas de fidelização e de captação de novos clientes e de combate à fraude com vista à recuperação da procura;
- Simplificação do sistema tarifário;
- Consolidação da revisão do modelo de repartição das receitas pelos operadores de transportes da área metropolitana de Lisboa;
- Política de contenção de gastos, aumento da eficiência e produtividade por forma a manter os níveis de EBITDA positivos;
- No âmbito do novo “Programa-Quadro de Financiamento de Investigação e Inovação – Horizonte 2020”, o ML pretende apresentar propostas em consórcio europeu nos Desafios Societais previstos.

Quanto à **Ferconsult, S. A.** ir-se-á dar continuidade à aposta estratégica na internacionalização, diversificação da carteira de Clientes e no reforço de competências *core* do seu negócio como elemento de diferenciação no setor de transportes.

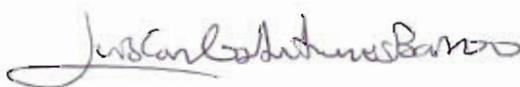
A **Metrocom, S.A.** tem como objetivo para 2014, retomar o crescimento de forma sustentada, ocupando mais espaços, renegociando contratos e captando novos clientes. Para 2014, é de realçar a alteração da contrapartida a pagar ao ML pela concessão, passando de 60% para 72% do valor efetivamente faturado pela Metrocom, na exploração dos espaços comerciais.

Lisboa, 27 de junho de 2014

O Conselho de Administração



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luis Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

## 10. Demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
<b>NÃO CORRENTE:</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	4.361.698.549	4.414.234.514
Ativos fixos tangíveis	6	439.793.465	477.820.217
Propriedades de investimento	8	428.728	366.891
Ativos intangíveis		35.684	20.292
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	19.730.851	14.575.984
Participações financeiras - outros métodos		396	396
Outros ativos não correntes	13	10.502.602	12.433.723
Derivados	10	3.271.187	48.535.668
Outros ativos financeiros	11	36.449.583	17.539.253
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>4.871.911.045</b>	<b>4.985.526.938</b>
<b>CORRENTE:</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	2.041.708	-
Inventários	12	1.569.041	1.222.618
Clientes	13	6.433.791	13.003.993
Estado e outros entes públicos	21	4.596.124	4.644.569
Outros ativos correntes	13	79.564.400	73.588.104
Diferimentos	14	1.750.134	2.091.550
Caixa e depósitos bancários	4	32.594.228	40.665.427
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>128.509.426</b>	<b>135.196.261</b>
<b>Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>		<b>4.363.740.257</b>	<b>4.414.234.514</b>
<b>Total do ativo afetado à operação (ML)</b>		<b>636.680.214</b>	<b>706.488.685</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.000.420.471</b>	<b>5.120.723.199</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E RESERVAS ATRIBUÍVEIS AOS DETENTORES DE CAPITAL:</b>			
Capital realizado	15	1.079.179.039	603.750.000
Reserva legal		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(1.539.545.359)	(1.466.158.966)
		(458.842.845)	(860.885.491)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos detentores de capital da empresa-mãe		(15.307.818)	(77.332.039)
Interesses sem controlo	16	(34.949.697)	(30.963.767)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(509.100.360)</b>	<b>(969.181.297)</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>NÃO CORRENTE:</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	3.600.774.086	4.189.773.808
Provisões	17	13.921.724	1.766.815
Financiamentos obtidos	18	910.395.690	980.515.498
Outros passivos não correntes	23	17.012.122	19.918.353
Derivados	10	210.714.948	230.338.909
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	216.987.145	262.739.100
<b>Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>		<b>3.600.774.086</b>	<b>4.189.773.808</b>
<b>Total do passivo não corrente afetado à operação (ML)</b>		<b>1.369.031.629</b>	<b>1.495.278.675</b>
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>4.969.805.715</b>	<b>5.685.052.483</b>
<b>CORRENTE:</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	298.900.953	241.501.175
Fornecedores	20	2.689.698	7.165.353
Estado e outros entes públicos	21	3.046.874	3.961.343
Adiantamento de clientes		683.819	1.787
Financiamentos obtidos	18	185.183.132	110.330.004
Outros passivos correntes	23	492.106.640	41.892.351
<b>Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>		<b>298.900.953</b>	<b>241.501.175</b>
<b>Total do passivo corrente afetado à operação (ML)</b>		<b>240.814.163</b>	<b>163.350.838</b>
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>539.715.116</b>	<b>404.852.013</b>
<b>Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>		<b>3.899.675.039</b>	<b>4.431.274.983</b>
<b>Total do passivo afetado à operação (ML)</b>		<b>1.609.845.792</b>	<b>1.658.629.513</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>5.509.520.831</b>	<b>6.089.504.496</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>5.000.420.471</b>	<b>5.120.723.199</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

*Carlos Emílio Ferreira Mota*

Dr. Carlos Emílio Ferreira Mota

O Conselho de Administração

*R. G. L. B. S. S. S.*

Dr. Pedro Augusto de Brito Alvaro Borges

*João Carlos Antunes Barros*

Dr. Luís Carlos Antunes Barros

*Maria Inês Bruno de Figueiredo*

Dr. Maria Inês Bruno de Figueiredo

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	24	88.414.778	87.009.762
Subsídios à exploração	25	45.378.211	46.144.040
Trabalhos para a própria entidade	3.20	1.945.091	4.464.959
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	132.970	38.230
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	(27.345)	1.230.509
Provisões (aumentos / reduções)	17 e 19	2.993.247	11.400.445
Aumentos / reduções de justo valor	10 e 11	23.199.397	(6.614.748)
Outros rendimentos e ganhos	28	30.176.465	5.676.003
<b>Total dos rendimentos operacionais</b>		<u>192.212.814</u>	<u>149.349.200</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.150.462)	(2.205.404)
Fornecimentos e serviços externos	26	(26.360.519)	(28.107.668)
Gastos com o pessoal	27	(91.903.160)	(81.252.207)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(38.584.260)	(38.450.926)
Imparidade de Inventários (perdas / reversões)	12	(25.000)	(50.000)
Outros gastos e perdas	29	(11.596.763)	(2.598.091)
<b>Total dos gastos operacionais</b>		<u>(170.620.164)</u>	<u>(152.664.296)</u>
		<u>21.592.650</u>	<u>(3.315.096)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	879.150	71.733
Juros e gastos similares suportados	30	(39.828.044)	(78.076.500)
Resultados relativos a empresas associadas	9	(1.715.387)	50.382
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<u>(19.071.631)</u>	<u>(81.269.481)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(222.117)	(288.845)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<u>(19.293.748)</u>	<u>(81.558.326)</u>
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos detentores de capital da empresa-mãe		(15.307.818)	(77.332.039)
Resultado atribuível a interesses sem controlo		(3.985.930)	(4.226.287)
		<u>(19.293.748)</u>	<u>(81.558.326)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

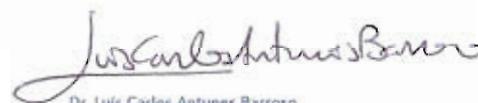


Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

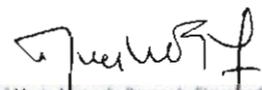
O Conselho de Administração



Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

### NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transferidos	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses sem controlo (Nota 16)	Total do capital próprio
<b>Posição em 1 de janeiro de 2012</b>								
	603.750.000	21.597	1.501.878	(1.325.593.582)	(146.052.136)	(866.372.243)	(26.737.480)	(893.109.723)
<b>Alterações no exercício:</b>								
19	-	-	-	(146.052.136)	146.052.136	-	-	-
	-	-	-	5.486.752	-	5.486.752	-	5.486.752
	<u>603.750.000</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.466.158.966)</u>	<u>-</u>	<u>(860.885.491)</u>	<u>(26.737.480)</u>	<u>(887.622.971)</u>
<b>Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012</b>								
	-	-	-	-	(77.332.039)	(77.332.039)	(42.262.877)	(81.558.326)
	<u>603.750.000</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.466.158.966)</u>	<u>(77.332.039)</u>	<u>(938.217.530)</u>	<u>(30.963.767)</u>	<u>(969.181.297)</u>
<b>Posição em 1 de janeiro de 2013</b>								
	603.750.000	21.597	1.501.878	(1.466.158.966)	(77.332.039)	(938.217.530)	(30.963.767)	(969.181.297)
<b>Alterações no exercício:</b>								
19	-	-	-	(77.332.039)	77.332.039	-	-	-
15	475.429.039	-	-	44.344.250	-	44.344.250	-	44.344.250
15	-	-	-	(40.398.604)	-	(40.398.604)	-	(40.398.604)
	<u>1.079.179.039</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.539.545.359)</u>	<u>-</u>	<u>(459.842.845)</u>	<u>(30.963.767)</u>	<u>(489.806.612)</u>
<b>Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013</b>								
	-	-	-	-	(15.307.818)	(15.307.818)	(3.985.930)	(19.293.748)
	<u>1.079.179.039</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.539.545.359)</u>	<u>(15.307.818)</u>	<u>(474.150.663)</u>	<u>(34.949.697)</u>	<u>(509.100.360)</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

*Carlos António Faria da Mata*

Dr. Carlos Emílio Ferreira Mata

O Conselho de Administração

*Dr. Pedro Conceição de Brito Almeida*

Dr. Pedro Conceição de Brito Almeida

O Conselho de Administração

*Dr. Luís Carlos Antunes Barros*

Dr. Luís Carlos Antunes Barros

O Conselho de Administração

*Dr. Maria Manuela Brinco de Figueiredo*

Dr. Maria Manuela Brinco de Figueiredo

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Montantes expressos em euros)

Notas	31 Dezembro 2013	31 Dezembro 2012
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Venda de bilhetes	85.826.671	84.864.044
Subsídios à exploração	47.882.886	46.480.470
Recebimentos de clientes	23.797.906	18.785.753
Pagamentos a fornecedores	(39.219.609)	(55.617.521)
Pagamentos ao pessoal	(66.706.493)	(61.938.348)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>51.581.361</b>	<b>32.574.398</b>
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento	(9.796.071)	(5.556.446)
Outros recebimentos / pagamentos	(7.958.460)	(5.809.330)
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>	<b>33.826.830</b>	<b>21.208.622</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	1.536.133	-
Actividades de investimento em ILD - Subsídios de Investimento	56.447.910	56.357.289
Juros e rendimentos similares	226.136	1.254.450
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>	<b>58.210.179</b>	<b>57.611.739</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	(1.997.353)	(2.226.227)
Actividades de investimento em ILD - Ativos fixos tangíveis	(14.739.745)	(40.987.506)
Ativos intangíveis	(23.706)	(1.538)
Outros pagamentos	-	-
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>	<b>(16.760.804)</b>	<b>(43.215.271)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-	21.702
Aumentos de Capital	476.389.039	-
Actividades de investimento em ILO - Empréstimos bancários - ICCP/DGTF	282.974.244	237.747.877
Empréstimos Bancários - ICCP/DGTF	129.885.756	410.833.969
Cancelamento antecipado de contratos de swap - ML	15.422.250	-
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>	<b>904.671.289</b>	<b>648.603.548</b>
<b>Pagamentos provenientes de:</b>		
Actividades de Investimento em ILD - Empréstimos bancários	(198.491.967)	(71.502.576)
Empréstimos Bancários	(85.538.571)	(342.800.207)
Operações de leasing financeiro	(30.423.708)	(22.608.703)
Operações de leasing operacional	(3.081.149)	-
Actividades de investimento em ILD - Empréstimos obrigacionistas	(7.731.367)	(7.731.367)
Actividades de investimento em ILD - Juros e gastos similares	(91.216.934)	(153.477.168)
Cancelamento antecipado de contratos de swap - ILD	(490.851.289)	-
Juros e gastos similares	(55.890.509)	(56.497.798)
Depósitos a prazo (caução)	(19.700.540)	(634.077)
Suprimentos concedidos	(5.092.660)	(5.052.207)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>	<b>(988.018.694)</b>	<b>(660.304.103)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]</b>	<b>(8.071.200)</b>	<b>23.904.535</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>40.665.427</b>	<b>16.760.892</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>32.594.227</b>	<b>40.665.427</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

*Carlos Emério Ferreira Mota*

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

*Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Braga*

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Braga

*Dr. Luis Carlos Antunes Barroso*

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso

*Dr. Maria Mariana Bruno de Figueiredo*

Dr. Maria Mariana Bruno de Figueiredo

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2013	2012
Resultado líquido consolidado do exercício		(19.293.748)	(81.558.326)
Plano de benefícios definidos - perdas atuariais	19	44.344.250	5.486.752
Regularização do justo valor dos derivados e de juros de empréstimos	15	(40.398.604)	-
Outro rendimento integral do exercício		3.945.646	5.486.752
<b>Total do rendimento integral consolidado do exercício</b>		<b>(15.348.102)</b>	<b>(76.071.574)</b>
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa mãe		(11.362.172)	(71.845.287)
Interesses sem controlo	16	(3.985.930)	(4.226.287)
		<b>(15.348.102)</b>	<b>(76.071.574)</b>

O Anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luis Carlos Antunes Barroso



Dr. Maria Manuela Bruno de Figueiredo

## Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“Empresa Pública Empresarial”), assumiu, no dia 26 de junho de 2009, com a entrada em vigor do respetivo Decreto-Lei, a sua nova denominação, adiante designada por “Empresa”.

A Empresa é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano (“Grupo”) formado pela Empresa e suas subsidiárias (Nota 3.2).

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009. D.R. n.º 122, Suplemento, Série I de 26 de junho de 2009 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L.

A Empresa tem por objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a atividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pela Tutela (Ministério das Finanças e Ministério da Economia), beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário e para investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 27 de junho de 2014. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Estado Português através dos Ministérios que tutelam a atividade da Empresa, detentor do capital estatutário, nos termos da legislação específica sobre entidades públicas empresariais em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2013. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia.

#### 2.1 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E REEXPRESSIONES

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração decidiu passar a reconhecer os instrumentos financeiros derivados com base no “marked-to-market” determinado pelas instituições financeiras com os quais os mesmos foram contratados, ao invés de utilizar o valor determinado por um avaliador independente conforme vinha a efetuar.



Os impactos resultantes desta alteração de mensuração reportados a 31 de dezembro de 2012 foram registados por contrapartida das rubricas de "Resultados transitados" e de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração" no ativo em 31 de dezembro de 2013 nos montantes de 137.778.890 euros (Nota 5.7) e 40.398.604 euros (Nota 15), respetivamente, dado ser entendimento do Conselho de Administração que o efeito da reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 não seriam materialmente relevantes para efeitos de comparabilidade.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício económico do Grupo iniciado em 1 de Janeiro de 2013:

	<u>Aplicável aos exercícios iniciados em ou após</u>
IFRS 1 – Emenda - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Empréstimos do governo)	01-Jan-13
IFRS 7 - Emenda – Instrumentos financeiros: divulgações (compensação entre activos financeiros e passivos financeiros)	01-Jan-13
IAS 1 – Emenda - Apresentação de demonstrações financeiras (Outro rendimento integral)	01-Jul-12
IAS 19 – Emenda - Benefícios aos empregados (revisão de 2011)	01-Jan-13
IFRS 13 - Mensuração ao justo valor	01-Jan-13
IFRIC 20 - Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto	01-Jan-13
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo de 2009 a 2011)	01-Jan-13

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2013, não tendo, da adoção das mesmas resultado impactos retrospectivos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

	Aplicável aos exercícios iniciados em ou após
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	01-Jan-14
IFRS 11 - Acordos conjuntos	01-Jan-14
IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades	01-Jan-14
IAS 27 (revista em 2011) - Demonstrações financeiras separadas	01-Jan-14
IAS 28 (revista em 2011) - Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	01-Jan-14
Emendas às IFRS 10 e IAS 27 - Entidades de investimento	01-Jan-14
IAS 32 – Emenda - compensação entre ativos e passivos financeiros	01-Jan-14
IAS 36 – Emenda - Imparidade (divulgações sobre a quantia recuperável de activos não	01-Jan-14
IAS 39 – Emenda - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração (reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Contudo, não são estimados impactos retrospectivos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

	Aplicável aos exercícios iniciados em ou após
IFRS 9 (emitida em 2009 e emendas posteriores) - Instrumentos Financeiros: - emendas à IFRS 9 e à IFRS 7	01-Jan-17
IAS 19 – Emenda - Benefícios dos empregados (contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego)	01-Jul-14
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo de 2010 a 2012)	01-Jul-14
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo de 2011 a 2013)	01-Jul-14
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	01-Jan-14

### 3.2 Princípios de consolidação

#### a) Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses sem controlo) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica "Interesses sem controlo". Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as empresas incluídas na consolidação são como segue:

Empresa	Sede	Percentagem de capital detida	
		2013	2012
<b>Empresa-mãe:</b>			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	n/a	n/a
<b>Subsidiárias:</b>			
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100%	100%
Metrocom, S.A.	Lisboa	100%	100%
TREM - Aluguer de Material Circulante, ACE	Lisboa	0,01%	0,01%
TREM II - Aluguer de Material Circulante, ACE	Lisboa	0,01%	0,01%

Estas Empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de integração integral pela maioria dos direitos de voto, com exceção das duas últimas, que foram incluídas pelo mesmo método com base no previsto na interpretação nº12 das Normas Internacionais de Relato Financeiro (SIC 12).

#### b) Empresas conjuntamente controladas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

As participações financeiras em empresas conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos, entre empresas conjuntamente controladas e outras empresas do Grupo são eliminados, no processo de consolidação, na proporção do controlo atribuído ao Grupo.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as suas subsidiárias e proporção no capital detido são como segue:

Empresa	Sede	% de capital detida		
		Directa	Indirecta	Total
Publmetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	0,00%	40,00%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	45,00%	50,00%
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	a)	a)	a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	16,00%	0,00%	16,00%
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	0,00%	14,29%

a) Informação não disponível.

No caso específico da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pela Empresa direta e indiretamente ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

### 3.3 Atividades de investimento em infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total da demonstração da posição financeira da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD na demonstração da posição financeira da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados na demonstração da posição financeira nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

#### No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (“ILD”) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

A B

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e intangíveis deduzidos de subsídios e imparidades na rubrica ILD no ativo não se encontram a ser amortizados (Notas 3.4 e 3.5).

**No passivo:**

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados como gastos do exercício no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento em 2011, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou as mesmas à rubrica de "Atividades de investimentos de infraestruturas de longa duração".

### 3.4 Ativos fixos tangíveis

#### Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

#### Afetos às infraestruturas de longa duração ("ILD"):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

O registo das amortizações relativas a estes ativos foi efetuado para os ativos fixos tangíveis afetos à gestão de infraestruturas, mas apenas até 31 de dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas diretamente ao valor de custo e debitadas às respetivas reservas de reavaliação como fator corretivo das mesmas, as quais se encontram consideradas na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração". Não obstante, na prática em 31 de dezembro de 2013 o valor dessas amortizações faz parte do valor do ativo na demonstração da posição financeira. Após 01 de janeiro de 1998, estes ativos não se encontram a ser amortizados.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

### 3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

### 3.6 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

#### Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a amortização do ativo, é calculada conforme descrito na Nota 3.4 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.7 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data de relato, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

### 3.8 Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.9 Participações financeiras em associadas e participadas

As participações financeiras em empresas associadas e participadas, empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém nem o controlo, nem o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em associadas e participadas são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado após a data de aquisição pelo valor correspondente à participação do Grupo na variação do capital próprio (incluindo o resultado líquido) das associadas e participadas após essa data. Por aplicação do método de equivalência patrimonial, a proporção do Grupo no resultado líquido das associadas e participadas é registado por contrapartida da demonstração dos resultados e os dividendos recebidos são deduzidos ao valor do investimento.

Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada ou participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e participadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 9.

### 3.10 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado. Os inventários do Grupo em 31 de dezembro de 2013 consistem, essencialmente, em títulos de transporte (bilhetes), material de manutenção e limpeza.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de Inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de Inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio.

### 3.11 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (i.) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### a) Clientes e outros ativos

Os saldos de clientes e de outros ativos são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

**c) Outros ativos financeiros**

Os outros ativos financeiros incluem depósitos bancários detidos para garantia de cumprimento de um empréstimo. Estes ativos encontram-se registados ao custo amortizado.

**d) Fornecedores e outros passivos**

Os saldos de fornecedores e de outros passivos são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

**e) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outros passivos".

**(ii.) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor" com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Aumentos/reduções de justo valor".

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros.

**(iii.) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

#### (iv.) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2013		2012	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
<b>Não correntes:</b>					
Outros ativos não correntes	13	-	10.502.602	-	12.433.723
Derivados	10	3.271.187	-	48.535.668	-
Outros ativos financeiros	11	-	36.449.583	-	17.539.253
		<b>3.271.187</b>	<b>46.952.185</b>	<b>48.535.668</b>	<b>29.972.976</b>
<b>Correntes:</b>					
Cientes	13	-	6.433.791	-	13.003.993
Outros ativos correntes	13	-	79.564.400	-	73.568.104
Caixa e depósitos bancários	4	-	32.594.228	-	40.665.427
		-	<b>118.592.419</b>	-	<b>127.237.524</b>
		<b>3.271.187</b>	<b>165.544.604</b>	<b>48.535.668</b>	<b>157.210.500</b>

Passivos Financeiros	Notas	2013		2012	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
<b>Não correntes:</b>					
Financiamentos obtidos	18	-	910.395.690	-	980.515.498
Outros passivos não correntes	23	-	17.012.122	-	19.918.353
Derivados	10	210.714.948	-	230.338.909	-
		<b>210.714.948</b>	<b>927.407.812</b>	<b>230.338.909</b>	<b>1.000.433.851</b>
<b>Correntes:</b>					
Fornecedores	20	-	2.689.698	-	7.165.353
Adiantamentos de clientes		-	683.819	-	1.787
Financiamentos obtidos	18	-	185.183.132	-	110.330.004
Outros passivos correntes	23	-	49.210.640	-	41.892.351
		-	<b>237.767.289</b>	-	<b>159.389.495</b>
		<b>210.714.948</b>	<b>1.165.175.101</b>	<b>230.338.909</b>	<b>1.159.823.346</b>

### 3.12 Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquela princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa, tal como mencionado na Nota 3.3, procedeu à quantificação dos encargos financeiros incorridos desde 31 de dezembro de 1995, inclusive, e considerou os mesmos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

### 3.13 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso do Grupo e porque o seu resultado tributável será significativamente negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar, essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e com outras deslocações, ou com despesas de representação.

O Grupo não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos, corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos compreendidos entre 31 de dezembro de 2008 a 2013, ocorreram situações que conduziram ao registo de ativos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 164.000.000 euros referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

### 3.14 Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no passivo na rubrica de "Outros passivos", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, na rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização".

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.16 Benefícios pós-emprego

#### Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de relato e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração da posição financeira representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio no ano em que são determinados. Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Reformas antecipadas.

#### Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

### 3.17 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afetar resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, estes não cumprem todos os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, pelo que, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é efetuada, desde 2013, de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados, conforme referido na Nota 2.1.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da IAS 39.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados, são reconhecidas na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de “Aumentos/reduções do justo valor”.

No caso dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o justo valor à data de relato seja negativo ou positivo, respetivamente, sendo as alterações de justo valor reconhecidas nessas rubricas à data de cada relato, pelo que o efeito das variações de justo valor é neste caso nulo.

### 3.18 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

### 3.19 Rêdito

O rêdito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rêdito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rêdito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rêdito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Handwritten marks and signatures at the bottom right of the page.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende, essencialmente, as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado, e ainda o rédito proveniente dos projetos de consultoria.

O Grupo reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais - As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetadas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes ("IMT, I.P.").

Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços do Grupo e de cada um dos outros operadores.

- Bilhetes e bilhetes pré-comprados - O Grupo reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.
- Estudos e realização de projetos de consultoria - O Grupo reconhece o rédito dos projetos em regime de "time and materials" na data da prestação dos serviços (percentagem de acabamento), usualmente com base nas horas incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto. O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, com base nos gastos totais incorridos, estimativa de gastos a incorrer para a conclusão do contrato, e o montante global de faturação acordada.

A diferença entre o montante do rédito assim determinado e o valor faturado é registado na rubrica de "Outros ativos correntes" ou na rubrica de "Outros passivos correntes".

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de "Subsídios à exploração" no exercício em que são atribuídas.

### 3.20 Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração - ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

### 3.21 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### 3.22 Especialização de exercícios

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.23 Política de gestão de risco

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

#### a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar, na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

#### b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas numa forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez. As necessidades de tesouraria são cobertas por financiamento avalizados pelo Estado Português ou diretamente pelo Estado Português, através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

#### c) Risco de taxa de juro

As receitas e "cash-flows" do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

### Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;

- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2013, resultaria num aumento de 160.005.281 euros aproximadamente e uma diminuição de 241.701.715 euros aproximadamente na diminuição do resultado antes de imposto.

### 3.24 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período de reporte.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – o qual com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 1 de Janeiro de 2013 foi determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

### 3.25 Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados em conformidade com a informação utilizada internamente pelos órgãos de gestão do Grupo.

### 3.26 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data de relato que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

## 4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2013	2012
Numerário	19.769	28.695
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	32.574.459	40.636.732
	<b>32.594.228</b>	<b>40.665.427</b>

## 5. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2013	2012
<b>Atividades de investimento de ILD:</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3.073.855.435	3.069.719.658
Ativos intangíveis	5.2	6.919.091	6.908.225
Subsídios	5.3	(983.543.839)	(927.095.929)
		<b>2.097.230.687</b>	<b>2.149.531.954</b>
Conta a receber - Estado	5.4	2.264.467.862	2.264.702.560
		<b>4.361.698.549</b>	<b>4.414.234.514</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Outras contas a receber	5.5	2.041.708	-
		<b>2.041.708</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.363.740.257</b>	<b>4.414.234.514</b>
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões	5.4.1	19.729.602	7.675.514
Financiamentos obtidos	5.6	3.135.580.620	3.118.266.680
Derivados	5.7	445.463.864	1.063.831.614
		<b>3.600.774.086</b>	<b>4.189.773.808</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	5.8	2.267.294	7.119.053
Financiamentos obtidos	5.6	265.660.304	206.223.333
Outras contas a pagar	5.9	30.973.355	28.158.790
		<b>298.900.953</b>	<b>241.501.175</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3.899.675.039</b>	<b>4.431.274.983</b>
<b>Total ILD líquido</b>		<b>464.065.218</b>	<b>(17.040.471)</b>

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2012 resulta, essencialmente, da liquidação antecipada de 34 contratos de swap, do qual resultou o pagamento de 490.851.289 euros, conforme referido na Nota 5.7 abaixo.

### 5.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2013						
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
<b>Ativos fixos tangíveis - ILD's</b>	<b>3.140.144.000</b>	<b>(199.062.008)</b>	<b>2.941.081.992</b>	<b>5.559.606</b>	<b>26.160.668</b>	<b>2.972.802.266</b>
Terrenos e recursos naturais	16.098.382	(2.388.442)	13.709.940	216.595	-	13.926.535
Edifícios e outras construções	2.692.985.861	(176.310.029)	2.516.675.832	5.194.330	11.727.138	2.533.597.300
Equipamento básico	431.059.757	(20.363.537)	410.696.220	148.681	14.433.530	425.278.431
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>	<b>125.926.855</b>	<b>-</b>	<b>125.926.855</b>	<b>3.126.216</b>	<b>(29.881.145)</b>	<b>99.171.926</b>
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	102.362.526	-	102.362.526	1.217.841	(15.430.702)	88.149.665
Equipamento básico	23.532.217	-	23.532.217	1.908.375	(14.450.443)	10.990.149
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	3.295.531	-	2.710.812	-	(629.569)	1.881.243
<b>Total do ativo fixo tangível bruto - ILD's</b>	<b>3.269.366.386</b>	<b>(199.062.008)</b>	<b>3.069.719.658</b>	<b>8.685.822</b>	<b>(4.550.046)</b>	<b>3.073.855.435</b>

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso – equipamento básico", no montante de 1.908.375 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Oriente/Aeroporto, com 768.079 euros e à remodelação da rede 855.342 euros.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2013, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente ao empreendimento Oriente/Aeroporto, à Remodelação da Rede e da Estação Areeiro, nos montantes de 851.822 euros, 693.006 euros e 158.816 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2013 para as rubricas de "Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível – equipamento básico", nos montantes de 15.430.702 euros e 14.450.443 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto, em resultado da abertura da estação no decurso do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de 99.171.926 euros registado na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" inclui, essencialmente, 53.431.060 euros relativo ao projeto de expansão do empreendimento Amadora Este/Reboleira e 5.253.492 euros relativo ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

31 de Dezembro de 2012						
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
<b>Ativos fixos tangíveis - ILD's</b>	<b>2.949.856.076</b>	<b>(199.062.008)</b>	<b>2.750.794.068</b>	<b>4.238.086</b>	<b>186.049.838</b>	<b>2.941.081.992</b>
Terrenos e recursos naturais	15.986.399	(2.388.442)	13.597.957	-	111.983	13.709.940
Edifícios e outras construções	2.522.676.353	(176.310.029)	2.346.366.324	2.660.695	167.648.813	2.516.675.832
Equipamento básico	411.193.324	(20.363.537)	390.829.787	1.577.391	18.289.042	410.696.220
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>	<b>285.515.682</b>	<b>-</b>	<b>285.515.682</b>	<b>26.460.146</b>	<b>(186.048.974)</b>	<b>125.926.854</b>
Terrenos e recursos naturais	143.997	-	143.997	97	(111.983)	32.112
Edifícios e outras construções	251.305.582	-	251.305.582	18.704.893	(167.647.949)	102.362.526
Equipamento básico	34.066.103	-	34.066.103	7.755.156	(18.289.042)	23.532.217
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	3.295.531	-	3.295.531	-	(584.729)	2.710.812
<b>Total do ativo fixo tangível bruto - ILD's</b>	<b>3.238.667.289</b>	<b>(199.062.008)</b>	<b>3.039.605.281</b>	<b>30.698.232</b>	<b>(583.855)</b>	<b>3.069.719.658</b>

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 nas rubricas de "Ativos fixos tangíveis em curso – edifícios e outras construções" e de "Ativos fixos tangíveis em curso – equipamento básico", no montante de 26.460.146 euros referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, com 18.792.432 euros, Alameda/S. Sebastião, com 1.587.152 euros e na remodelação da rede 2.282.516 euros.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2012, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, e Alameda/São Sebastião, nos montantes de 533.127 euros, 404.170 euros e 128.957 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2012 para as rubricas de "Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível – equipamento básico", nos montantes de 167.648.813 euros e 18.289.042 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto, em resultado da abertura da estação no decurso do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de 125.926.854 euros registado na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" inclui, essencialmente, 52.288.527 euros relativo ao projeto de expansão do empreendimento Amadora Este/Reboleira e 30.966.357 euros relativo ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa assumiu indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede, através de prestações pecuniárias, no montante de 600.281 euros (186.791 euros em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 os ativos fixos tangíveis em curso das rubricas de "Terrenos e recursos naturais", "Edifícios e outras construções" e "Equipamento básico", nos montantes de 32.112 euros, 88.149.665 euros e 10.990.149 euros, respetivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da rede	-	13.295.128	3.845.868
Extensão Rato/Estrela	-	1.456.432	-
Extensão Amadora Este/Reboleira	-	52.376.084	861.989
Extensão S. Sebastião/Campolide	-	3.061.938	389.360
Interface do Cais do Sodré	-	13.025.640	1.264.810
Extensão Oriente/Aeroporto	-	13.296.274	17.955.536
Promoção de acessibilidades	-	1.630.898	-
Outros	32.112	(9.992.729)	(13.327.414)
	<b>32.112</b>	<b>88.149.665</b>	<b>10.990.149</b>

Os montantes de (9.992.729 euros) e (13.327.414 euros) respeitam a transferências ocorridas no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para as rubricas do ativo fixo tangível correspondentes.

Handwritten signatures and initials, including a large blue circle and the letters 'A' and 'B'.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

Gastos capitalizados	2013			2012		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos departamentais	67.585.309	6.086.648	73.671.957	66.480.672	5.539.415	72.020.087
	67.585.309	6.086.648	73.671.957	66.480.672	5.539.415	72.020.087

## 5.2 Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 2013 e 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos Intangíveis foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2013					
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final	
<b>Ativos intangíveis - ILD's:</b>					
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.151.465	-	1.198	3.152.663	
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827	
Ativos intangíveis em curso	1.736.932	10.867	(1.198)	1.746.601	
<b>Total do ativo intangível bruto - ILD's</b>	<b>6.908.224</b>	<b>10.867</b>	<b>-</b>	<b>6.919.091</b>	

O montante de 1.198 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento" respeita a serviços de análise de risco efetuados na linha vermelha.

31 de Dezembro de 2012					
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final	
<b>Ativos intangíveis - ILD's:</b>					
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.437.156	333	1.713.976	3.151.465	
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827	
Ativos intangíveis em curso	3.426.734	24.175	(1.713.976)	1.736.933	
<b>Total do ativo intangível bruto - ILD's</b>	<b>6.883.717</b>	<b>24.508</b>	<b>-</b>	<b>6.908.225</b>	

O montante de 1.713.976 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento" respeita, essencialmente: (i) ao projeto executivo de prospeção Geotécnica e Geológica na linha Vermelha no montante de 558.763 euros; (ii) ao projeto de prolongamento da linha Vermelha Oriente/Aeroporto no montante de 451.370 euros; e (iii) aos estudos de procura do prolongamento da linha Vermelha e Verde no montante de 110.000 euros.

No valor de custo dos ativos intangíveis, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontram-se incluídos os montantes de 10.867 euros e 16.458 euros, respetivamente, relativos a gastos departamentais capitalizados no valor do ativo.

### 5.3 Subsídios

O movimento ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi como se segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2013			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397	-	-	229.464.397
Piddac	169.615.115	4.807.009	-	174.422.124
Fundo Coesão	323.499.021	51.640.901	-	375.139.922
Subsídios diversos	204.517.396	-	-	204.517.396
<b>Total de subsídios</b>	<b>927.095.929</b>	<b>56.447.910</b>	<b>-</b>	<b>983.543.839</b>

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de 56.447.910 euros respeita, essencialmente, aos subsídios atribuídos no âmbito do: (i) Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão Amadora Este/Reboleira, no montante de 45.292.616 euros e extensão Oriente/Aeroporto, no montante 4.763.283 euros; e (ii) PIDDAC, no montante de 4.807.009 euros para a extensão Oriente/Aeroporto.

### 5.4 Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	Notas	2013	2012
Instrumentos financeiros	5.7	445.463.864	1.063.831.614
Provisão para processos judiciais em curso	5.4.1	19.729.602	7.675.514
Juros, taxa de aval e imposto do selo	5.4.2	1.489.488.945	883.409.981
Gastos de emissão	5.4.2	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	5.4.2	289.555.301	289.555.301
		<b>2.264.467.862</b>	<b>2.264.702.560</b>

#### 5.4.1 Provisão para processos judiciais em curso

O montante de 19.729.602 euros em 31 de dezembro de 2013 (7.675.514 euros em 31 de dezembro de 2012) inclui: (i) o montante de 9.219.680 euros referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados; e (ii) o montante de 10.235.631 euros relativo aos juros vencidos e não pagos em setembro e dezembro de 2013 à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras na rubrica afeta aos ILD, bem como, o montante das despesas que a Empresa irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2013 ascende a 274.291 euros e encontra-se refletida na rubrica de "Provisão para processos judiciais em curso".

## 5.4.2 Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Tal como mencionado na Nota 3.12, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de serem capitalizados nas mesmas. Contudo, dada a dificuldade na quantificação deste montante, a Empresa refletiu apenas os encargos financeiros suportados a partir de 1995 e que se encontravam refletidos anteriormente na rubrica de "Resultados transitados", para a rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração - Gastos de empréstimos", tendo o Conselho de Administração optado por fazer refletir nesta rubrica o montante de 289.555.301 euros relativo a juros e outros encargos incorridos pela Empresa anteriores a 1995, por contrapartida de "Resultados transitados", que serviram para saldar a rubrica de ILD. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os gastos com empréstimos tinham a seguinte composição:

Descrição	2013	2012	Variação do ano
Juros, taxa de aval de imposto do selo e "early termination"	1.489.488.945	883.409.981	606.078.964
Gastos de emissão	20.230.150	20.230.150	-
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289.555.301	289.555.301	-
<b>Total de gastos de empréstimos</b>	<b>1.799.274.396</b>	<b>1.193.195.432</b>	<b>606.078.964</b>

O aumento ocorrido na rubrica de "Juros, taxa de aval de imposto do selo e "early termination" no montante de 606.078.964 euros inclui: (i) 115.227.675 euros relativos aos juros dos financiamentos obtidos e dos instrumentos financeiros associados a esses financiamentos no decurso do exercício de 2013; e (ii) 490.851.289 euros relativo aos gastos incorridos com a liquidação dos instrumentos financeiros no decurso do exercício de 2013 (Nota 5.7).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo fixo tangível" e "Ativo tangível em curso" detalha-se como segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2013				31 de Dezembro de 2012			
	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	150.125	297.349.532	10.282.040	307.781.697	139.258	297.349.532	9.457.371	306.946.161
	150.125	297.349.532	10.282.040	307.781.697	139.258	297.349.532	9.457.371	306.946.161

## 5.5 Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro.

## 5.6 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2013 e 2012 detalha-se como segue:

Entidade financiadora	2013				2012				
	Límite	Corrente	Não corrente	Total	Límite	Corrente	Não corrente	Total	
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>									
Emissão "Private placement"	Merrill Lynch	77.313.674	7.731.367	15.462.735	23.194.102	77.313.674	7.731.367	23.194.102	30.925.469
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2026	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	Barclays	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000
			<b>7.731.367</b>	<b>1.325.462.735</b>	<b>1.333.194.102</b>		<b>7.731.367</b>	<b>1.333.194.102</b>	<b>1.340.525.469</b>
<b>Empréstimos bancários:</b>									
ML A	BEI	57.193.405	3.183.611	9.550.832	12.734.443	57.193.405	3.087.708	12.734.442	15.822.150
ML I/2	BEI	234.435.012	18.000.000	83.579.594	101.579.594	234.435.012	18.000.000	101.579.594	119.579.594
ML II	BEI	74.819.685	4.987.979	24.939.895	29.927.874	74.819.685	4.987.979	29.927.874	34.915.853
ML III	BEI	54.867.769	5.584.000	30.703.084	36.287.084	54.867.769	5.584.000	36.287.084	41.871.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	39.903.832	46.554.471	99.759.579	6.650.639	46.554.471	53.205.110
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	27.433.884	31.091.735	54.867.769	3.657.851	31.091.736	34.749.587
ML IV	BEI	169.591.285	22.400.000	85.104.090	107.504.090	169.591.285	22.400.000	107.504.090	129.904.090
ML I/3	BEI	124.699.474	7.038.498	108.819.056	115.857.554	124.699.474	7.134.398	115.857.552	122.991.950
ML I/3B	BEI	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	126.989.390	253.978.782	380.968.172	507.957.564	126.989.391	380.968.173	507.957.564
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	59.436.969	178.310.908	237.747.877	237.747.877	-	237.747.877	237.747.877
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	-	282.974.244	282.974.244	-	-	-	-
			<b>257.928.937</b>	<b>1.510.117.885</b>	<b>1.768.046.822</b>		<b>198.491.966</b>	<b>1.485.072.578</b>	<b>1.683.564.544</b>
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000
			-	300.000.000	300.000.000	-	-	300.000.000	300.000.000
<b>Total de empréstimos obtidos</b>			<b>765.480.304</b>	<b>3.135.580.620</b>	<b>3.401.240.924</b>		<b>206.273.333</b>	<b>3.118.266.680</b>	<b>3.524.490.013</b>

O empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 7 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com SWAP/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pelo Lei Inglesa.

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTf") um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTf") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, estes empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2015	7.731.367
2016	7.731.367
2017	-
2018 e seguintes	1.310.000.001
	<b>1.325.462.735</b>

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2015	305.091.310
2016	305.091.310
2017	178.101.919
2018	118.664.950
2019 e seguintes	503.168.396
	<b>1.510.117.885</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31.12.2013	Prazo	Garantias	Pat. Passa	Cláusula de detenção	Rating	"Cross Default"	Outras cláusulas relevantes
BEI - ML A	12.736.442	5 de Dezembro de 2017	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/2	101.579.594	15 de Setembro de 2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II	29.927.874	15 de Dezembro de 2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML III	36.287.084	15 de Junho de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/B	46.554.471	15 de Dezembro de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3	125.857.552	15 de Setembro de 2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3B	74.818.685	15 de Setembro de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/C	33.091.736	15 de Junho de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML IV	101.504.090	15 de Setembro de 2018	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/A	150.000.000	15 de Dezembro de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/B	80.000.000	15 de Junho de 2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/C	80.000.000	15 de Junho de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	Sim	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Merrill Lynch - Private Placement	23.194.102	17 de Outubro de 2016	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública	Não	Sim	Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Emissão Metro 2019	400.000.000	2019	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2026	400.000.000	2026	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2025	110.000.000	2025	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2027	400.000.000	2027	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon

## 5.7 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo conforme referido na Nota 3.17, contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os contratos de swaps afetos à ILD e o justo valor dos mesmos, determinado pelas instituições bancárias com as quais os mesmos foram contratados, bem como o justo valor dos instrumentos financeiros reportado a 31 de dezembro de 2012 determinado por uma entidade independente (Nota 2.1), detalham-se como segue:

Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital coberto 31.12.2013			Justo valor			Variação (face ao JV da contraparte a 31.12.2012)		
					Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("JV") (contraparte)		Justo valor (entidade independente)			
								31.12.2013	31.12.2012			Variação	
BE1 (ML A)	BBVA	02-02-2006	05-12-2005	15-12-2017				(863.502)	(864.704)	401.202	(762.649)	(95.177)	
BE1 (ML A)	M LYNCH	16-07-2010	15-06-2010	15-12-2017	12.040.717	693.726	12.734.443		6.878	(6.878)			
BE1 (ML I/2)	DBI	25-03-2010	15-03-2010	15-09-2019					(18.524.496)	18.524.496	(19.045.304)	570.808	
BE1 (ML I/2)	BST	30-03-2006	15-03-2006	15-09-2019	34.915.853			(14.880.443)	(22.783.117)	7.902.674	(18.359.146)	(4.423.971)	
BE1 (ML II)	JP MORGAN	12-02-2009	15-06-2008	15-12-2019					(730.004)	730.004	(709.909)	(20.095)	
BE1 (ML II)	BST	31-07-2002	15-03-2003	15-03-2012									
BE1 (ML II)	RBS	16-01-2009	15-12-2008	15-12-2019	11.973.149			65.958	10.454	55.504	129.744	(119.290)	
BE1 (ML II)	BNPP	26-11-2008	15-09-2008	15-12-2019					(615.139)	615.139	(588.493)	(26.646)	
BE1 (ML III)	BBVA	02-02-2006	15-12-2005	15-06-2020					(3.382.840)	709.407	(1.073.402)	(309.438)	
BE1 (ML III)	M LYNCH	16-07-2010	15-06-2010	15-06-2020	15.130.203				119.508	(119.508)		119.508	
BE1 (ML III)	BARCLAYS	18-02-2011	15-03-2011	15-06-2020							(1.540.599)	1.540.599	
BE1 (ML I/II)	DBI	11-02-2008	15-12-2007	15-12-2020					(8.919.619)	8.919.619	(4.973.459)	(3.946.160)	
BE1 (ML I/III)	SG	14-09-2010	15-03-2010	15-09-2021					(24.812.540)	24.812.540	(23.107.067)	(1.615.473)	
BE1 (ML I/II-III)	BNPP	19-05-2009	15-03-2009	15-06-2022							(6.674.285)	6.674.285	
BE1 (ML I/II-III)	BARCLAYS	18-02-2011	15-03-2011	15-06-2022					(6.446.434)	6.446.434	(4.848.956)	(1.597.478)	
BE1 (ML I/IV)	BNPP	19-05-2009	15-03-2009	15-06-2022									
BE1 (ML IV)	BES INV	11-02-2010	15-12-2009	15-09-2018					(17.762.295)	17.762.295	(10.717.358)	(7.044.937)	
BE1 (ML V/A)	DBI	27-04-2009	15-03-2009	15-09-2018	84.795.643	22.708.447	107.504.090	(7.472.612)	(12.131.623)	4.659.011	(9.875.764)	(2.255.459)	
BE1 (ML V/B)	BARCLAYS	10-07-2008	15-06-2008	15-06-2021	170.000.000	30.000.000	200.000.000		(30.709.539)	30.709.539	(30.629.344)	(80.195)	
BE1 (ML V/C)	BST	26-05-2003	16-06-2003	15-06-2022	66.666.667	13.333.333	80.000.000		(19.948.511)	19.948.511	(18.456.422)	(16.492.089)	
BE1 (ML V/C)	BNPP	14-02-2006	15-12-2005	15-06-2022				(5.609.517)	(7.681.359)	2.071.842	(7.558.349)	(123.010)	
BE1 (ML V/C)	JP MORGAN	31-05-2007	15-12-2006	15-06-2022					(958.783)	958.783	3.243.997	(4.202.780)	
BE1 (ML V/C)	BNPP	26-11-2008	15-09-2008	15-06-2022					1.226.909	(1.226.909)	1.211.722	15.187	
BE1 (ML V/C)	BNPP	26-11-2008	15-09-2008	15-06-2022					(4.896.798)	4.896.798	(4.093.389)	(804.409)	
BEI (PREST-INC CAPITAL)	TRANCHE A	C SUISSE	03-06-2008	15-03-2008	15-06-2022				(32.079.759)	32.079.759	(41.639.384)	11.559.425	
BEI (PREST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31-05-2007	15-03-2007	15-06-2022				(362.740.428)	(394.466.456)	30.726.030	(178.218.600)	(65.247.858)
BEI (PREST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	JP MORGAN	15-07-2009	15-03-2010	15-06-2022				1.386.511	(1.386.511)		2.319.737	
BEI (PREST-INC CAPITAL)	TRANCHE R	CAIXA BI	16-07-2009	15-03-2010	15-06-2022	44.206.294			429.430	930.000	(500.570)	2.119.737	
BEI (PREST-INC CAPITAL)	TRANCHE C	DBI	26-03-2010	15-03-2010	15-06-2022				5.365.088	(5.365.088)	(1.155.482)	8.520.570	
AB N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE A	MORGAN STANLEY	08-07-2008	22-07-2010	22-07-2024				(10.751.213)	30.751.213	(29.741.487)	(1.009.726)	
AB N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE A	C SUISSE	18-04-2011	22-07-2008	22-07-2024				(3.823.383)	3.823.383	10.206.827	(4.030.210)	
AB N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE B	SG	10-09-2010	22-07-2010	22-07-2024	100.000.000			(50.401.491)	50.401.491	(48.734.952)	(1.666.539)	
AB N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	BST	25-02-2005	22-07-2005	22-07-2024				(21.739.690)	(10.226.556)	8.486.866	(29.305.648)	
AB N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	C SUISSE	03-03-2010	22-07-2006	22-07-2024				(6.362.577)	6.362.577	(3.393.372)	7.030.795	
MERRILL LYNCH	M LYNCH	16-07-2010	15-04-2010	15-10-2016	23.194.102				(81.791)	1.740.396	(1.822.187)	2.441.775	
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	16-05-2008	04-12-2007	04-12-2026					(22.517.654)	22.517.654	(4.680.352)	(17.837.502)	
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29-11-2010	04-12-2009	04-12-2026					(5.923.252)	5.923.252	(8.137.557)	2.214.305	
OBRIGAÇÕES 2026	BBVA	15-12-2006	04-12-2006	04-12-2026	70.000.000			(18.431.618)	(16.015.305)	7.383.747	(23.084.110)	(2.931.255)	
OBRIGAÇÕES 2026	M LYNCH	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026	30.000.000				(5.754.850)	(15.782.434)	10.027.584	(5.270.862)	
OBRIGAÇÕES 2026	CGD	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026	30.000.000				(5.754.850)	(15.782.434)	10.027.584	(5.270.862)	
OBRIGAÇÕES 2026	C SUISSE	09-08-2011	04-12-2010	04-12-2026					(6.698.228)	6.698.228	(9.340.360)	2.642.132	
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	17-05-2007	04-12-2006	04-12-2026					(859.236)	859.236	4.878.720	(5.737.956)	
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	06-07-2010	04-12-2009	04-12-2026					(109.762.952)	109.762.952	(156.215.611)	46.452.659	
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29-11-2010	04-12-2009	04-12-2026					(1.597.521)	1.597.521	(3.380.446)	1.782.925	
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	15-05-2009	04-03-2009	04-12-2026					(61.234.884)	61.234.884	(63.726.402)	2.491.518	
OBRIGAÇÕES 2026	CAIXA BI	28-04-2010	04-12-2009	04-12-2026	100.000.000				14.731.366	7.464.290	21.392.307	(6.600.941)	
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	26-03-2010	04-12-2009	04-12-2026					(5.747.585)	5.747.585	13.876.790	(19.573.875)	
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	27-07-2009	04-12-2008	04-12-2026					(40.226.000)	40.226.000	(43.785.452)	3.559.452	
OBRIGAÇÕES 2027	BARCLAYS	20-12-2007	07-12-2007	07-12-2022					(48.566.436)	48.566.436	(33.026.330)	(25.540.106)	
OBRIGAÇÕES 2027	JP MORGAN	07-12-2007	07-12-2007	07-12-2027					(40.507.284)	40.507.284	(57.586.032)	17.078.748	
OBRIGAÇÕES 2027	BNPP	26-04-2010	07-12-2009	07-12-2027					1.481.554	(1.481.554)	9.914.102	(8.432.548)	
OBRIGAÇÕES 2019	BARCLAYS	28-01-2009	04-02-2009	04-07-2019					79.112.808	(79.112.808)	41.929.887	15.182.421	
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK	15-01-2010	04-03-2010	04-01-2019	100.000.000			(24.152.174)	(28.756.751)	4.604.577	(27.243.001)	(1.513.750)	
OBRIGAÇÕES 2019	GSB	11-03-2011	04-08-2012	04-02-2019	100.000.000				(53.283.358)	53.283.358	(51.351.417)	(1.931.941)	
OBRIGAÇÕES 2030	BARCLAYS	30-12-2010	30-12-2010	30-12-2030					(98.181.764)	98.181.764	(94.718.692)	(3.463.072)	
					188.212.364	611.590.955	(245.463.804)	(1.203.813.560)	756.146.548	(1.643.815.140)	(347.774.890)		

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme referido na Nota 2.1. a Empresa passou a mensurar os instrumentos financeiros derivados de acordo com o "marked-to-market" determinado pela contraparte com os quais os mesmos foram contratados. A variação positiva na rubrica de "Derivados" afetos à ILD no montante de 618.367.750 euros inclui: (i) o efeito negativo decorrente da atualização do "marked-to-market" a 31 de dezembro de 2012 no montante de 137.778.890 euros com base no valor determinado pela contraparte; e (ii) a variação positiva no montante de 756.146.654 euros em resultado das variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, entre exercícios, e o cancelamento antecipado de diversos contratos conforme referido abaixo.

O impacto resultante desta alteração de mensuração reportado a 31 de dezembro de 2012 foi registado por contrapartida da rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração" no ativo em 31 de dezembro de 2013 no montante de 137.778.890 euros, dado ser entendimento do Conselho de Administração que o efeito da reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 não seriam materialmente relevantes para efeitos de comparabilidade.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013



Handwritten initials and marks at the bottom right of the page.

A metodologia utilizada é das instituições bancárias contratantes, que consiste na projeção dos cash-flows atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual de forma a projetar os Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa liquidou 34 contratos de swap tendo pago o montante de 490.851.289 euros cujo "marked-to-market" à data da liquidação, determinado pela contraparte com a qual os mesmos foram contratados ascendia a 671.686.152 euros.

O detalhe dos contratos de swap liquidados detalha-se como segue:

Financiamento base	Despacho	Entidade bancária	Tipo de Instrumento	Maturidade	Notional (original)	Data cancelamento	Valor líquido pago	"Marked-to-market" (Contraparte)	Variação
BEI ML 1/3	548/13-SET	Société Generale	Vanilla swap	15-Jun-21	95.602.930	20-03-2013	(21.900.000)	(24.812.540)	(2.912.540)
BEI ML 1/3	548/13-SET	Société Generale	Vanilla swap	22-Jul-24	100.000.000	20-03-2013	(38.960.000)	(50.401.491)	(11.441.491)
ABN1	549/13-SET	Morgan Stanley	CMS Steepener	22-Jul-24	100.000.000	21-03-2013	(23.000.000)	(30.751.213)	(7.751.213)
BEI REESTRUT - IC	660/13-SET	Crédit Suisse	Worst of 2 Spreads	15-Jun-22	17.364.188	08-04-2013	(21.400.000)	(40.883.076)	(19.483.076)
	660/13-SET	Crédit Suisse	Floors, Overlay	22-Jul-24	100.000.000	08-04-2013	(7.300.000)	10.897.948	18.197.948
	660/13-SET	Crédit Suisse	Spread Option, Overlay	22-Jul-24	100.000.000	08-04-2013	(9.800.000)	(12.318.660)	(2.518.660)
OBRIG 2026-5	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + [EUR10Y- EUR2Y] Digital + [EUR 20Yia - EUR 10Yia] Leveraged Floor	04-Dez-26	70.000.000	08-04-2013	(7.900.000)	(6.982.720)	917.280
	879/13-SET	Barclays	Vanilla, Overlay	15-Jun-22	77.895.605	07-05-2013	(4.832.919)	(6.098.999)	(1.266.080)
BEI ML V/B	879/13-SET	Barclays	Index linked	15-Jun-21	80.000.000	07-05-2013	(16.188.865)	(19.318.887)	(3.130.022)
OBRIG 2026-1	879/13-SET	Barclays	Index linked	04-Dez-26	100.000.000	07-05-2013	(16.450.389)	(22.722.434)	(6.272.045)
OBRIG 2026-6	879/13-SET	Barclays	Cap Knock Out	04-Dez-26	200.000.000	07-05-2013	(1.334.193)	(1.742.306)	(408.113)
OBRIG 2026-7	879/13-SET	Barclays	Index linked	04-Dez-26	100.000.000	07-05-2013	(50.229.558)	(60.610.697)	(10.381.139)
OBRIG 2027-1	879/13-SET	Barclays	Index linked	07-Dez-22	200.000.000	07-05-2013	(36.398.650)	(48.840.456)	(12.441.806)
OBRIG 2019	879/13-SET	Barclays	Vanilla	04-Feb-19	400.000.000	07-05-2013	65.078.000	59.796.768	(5.281.232)
OBRIG 2030	879/13-SET	Barclays	Vanilla	30-Dez-30	300.000.000	07-05-2013	(84.149.925)	(94.973.821)	(10.823.896)
BEI ML II/C 1º e 2º	966/13-SET	BNP Paribas	Index linked	15-Jun-22	86790834	16-05-2013	(10.140.000)	(16.471.820)	(6.331.820)
	966/13-SET	BNP Paribas	Snowball, Overlay	15-Jun-22	40.000.000	16-05-2013	(780.000)	(1.103.064)	(323.064)
BEI ML II 1º	966/13-SET	BNP Paribas	Callable Swap	15-Dez-19	11.472.352	16-05-2013	(390.000)	(553.696)	(163.696)
BEI ML V/C 2º	966/13-SET	BNP Paribas	Callable Swap	15-Jun-22	40.000.000	16-05-2013	(3.055.000)	(4.558.493)	(1.503.493)
OBRIG 2027-3	966/13-SET	BNP Paribas	Vanilla	07-Dez-27	100.000.000	16-05-2013	585.000	1.108.690	523.690
	1007/13-SET	Goldman Sachs	Floor, Overlay	04-Feb-19	300.000.000	20-05-2013	(26.999.828)	(47.492.424)	(20.492.596)
BEI ML II 4º	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla Swap	15-Dez-19	21.947.108	13-06-2013	(435.007)	(630.458)	(195.451)
	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla	15-Jun-22	40.000.000	13-06-2013	850.721	1.222.515	371.794
	1161/13-SET	JP Morgan	Snowball, Overlay	15-Jun-22	12.545.916	13-06-2013	931.613	1.342.312	410.699
OBRIG 2026-2	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla + Short Cap.	04-Dez-26	100.000.000	13-06-2013	(4.966.196)	(6.558.103)	(1.591.907)
OBRIG 2026-6A	1161/13-SET	JP Morgan	Range Accrual GBP 10y JPY6m	04-Dez-26	170.000.000	13-06-2013	(72.985.315)	(99.503.117)	(26.517.802)
OBRIG 2026-6B	1161/13-SET	JP Morgan	KO Swap, Overlay	04-Dez-26	30.000.000	13-06-2013	(1.180.408)	(1.639.317)	(458.909)
OBRIG 2027-2	1161/13-SET	JP Morgan	Index Linked	07-Dez-27	100.000.000	13-06-2013	(28.439.707)	(43.018.822)	(14.579.115)
BEI ML I/2 - 1º, 4º, 5º, 7º e 8º	1234/13-SET	Deutsche	Index Linked	15-Set-19	93.192.074	28-06-2013	(10.621.473)	(16.793.772)	(6.172.299)
BEI ML II/B	1234/13-SET	Deutsche	Inverse Floater Eur 10-2	15-Dez-20	86.458.302	28-06-2013	(3.093.298)	(4.994.948)	(1.901.650)
BEI ML V/A	1234/13-SET	Deutsche	Convertible Swap	15-Dez-20	150.000.000	28-06-2013	(19.719.623)	(30.436.427)	(10.716.804)
	1234/13-SET	Deutsche	Snowball	15-Jun-22	25.091.832	28-06-2013	(4.162.465)	(5.325.071)	(1.162.606)
	1234/13-SET	Deutsche	Inflation Linked, overlay	04-Dez-26	70.000.000	28-06-2013	(5.041.073)	(5.859.731)	(818.658)
OBRIG 2026-5A	1234/13-SET	Deutsche	Index Linked	04-Dez-26	70.000.000	28-06-2013	(26.442.728)	(40.657.824)	(14.215.096)
							(490.851.289)	(671.686.152)	(180.834.863)

## 5.8 Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

## 5.9 Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício de 2014. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica inclui o montante de 122.526 euros relativo a gastos com investimentos efetuados em ILD os quais à data ainda não se encontravam faturados pela Ferconsult.

## 6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis do Grupo, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em euros	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	24.287.679	257.295.693	810.351.059	958.911	29.224.684	25.384.119	2.976.076	1.150.478.221
Aquisições	-	18.229	30.633	17.280	172.878	(75.790)	322.731	485.961
Alienações	-	-	(11.164)	(93.993)	-	-	-	(105.157)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(6.439)	-	(935.708)	(7.711)	-	(949.858)
<b>Saldo final</b>	<b>24.287.679</b>	<b>257.313.922</b>	<b>810.364.089</b>	<b>882.198</b>	<b>28.461.854</b>	<b>25.300.618</b>	<b>3.298.807</b>	<b>1.149.909.167</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial	-	172.981.688	462.535.218	841.809	25.999.156	10.300.134	-	672.658.004
Amortizações do exercício	-	10.997.875	25.195.658	60.485	1.351.843	898.951	-	38.504.812
Alienações	-	-	(8.456)	(89.756)	-	-	-	(98.212)
Abates	-	-	(5.903)	-	(935.546)	(7.453)	-	(948.902)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>183.979.563</b>	<b>487.716.517</b>	<b>812.538</b>	<b>26.415.453</b>	<b>11.191.632</b>	<b>-</b>	<b>710.115.702</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>24.287.679</b>	<b>73.334.359</b>	<b>322.647.572</b>	<b>69.660</b>	<b>2.046.401</b>	<b>14.108.986</b>	<b>3.298.807</b>	<b>439.793.465</b>

2012								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em euros	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	24.287.679	257.293.917	809.075.432	1.689.687	27.167.500	24.891.978	5.892.580	1.150.298.773
Aquisições	-	1.776	641.895	58.271	219.058	494.051	694.456	2.109.507
Alienações	-	-	(813)	(789.047)	(4.779)	-	-	(794.639)
Transferências	-	-	635.566	-	2.179.814	-	(3.610.960)	(795.580)
Abates	-	-	(1.021)	-	(336.909)	(1.910)	-	(339.840)
<b>Saldo final</b>	<b>24.287.679</b>	<b>257.295.693</b>	<b>810.351.059</b>	<b>958.911</b>	<b>29.224.684</b>	<b>25.384.119</b>	<b>2.976.076</b>	<b>1.150.478.221</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial	-	161.954.051	436.787.733	1.522.901	25.731.441	9.414.227	-	635.410.353
Amortizações do exercício	-	11.027.635	25.749.211	90.800	607.383	887.607	-	38.362.636
Alienações	-	-	(812)	(771.892)	(3.228)	-	-	(775.932)
Abates	-	-	(914)	-	(336.439)	(1.700)	-	(339.053)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>172.981.688</b>	<b>462.535.218</b>	<b>841.809</b>	<b>25.999.157</b>	<b>10.300.134</b>	<b>-</b>	<b>672.658.004</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>24.287.679</b>	<b>84.314.007</b>	<b>347.815.841</b>	<b>117.102</b>	<b>3.225.527</b>	<b>15.083.985</b>	<b>2.976.076</b>	<b>477.820.217</b>

O aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorrido na rubrica de "Equipamento básico" no montante de 641.895 euros resulta, essencialmente, da aquisição de transformadores de tração no montante de 310.764 euros e da ampliação da rede telefónica no montante de 233.661 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2012 para as rubricas de "Equipamento básico" e de "Equipamento administrativo" no montante de 635.566 euros e 2.179.814 euros, respeitam, essencialmente a rádios móveis portáteis e portáteis TETRA no material circulante, para as comunicações privadas no sistema SIRESP e sistema de planeamento ótimo de recursos e gestão em tempo real da operação (sistema PLAGO).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo capitalizou encargos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar ativos em fase de construção e gastos departamentais, conforme segue:

Gastos capitalizados	2013	2012
Gastos de empréstimos	404	10.928
	404	10.928

As amortizações do exercício, no montante de 38.504.812 euros (38.362.636 euros em 2012), foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" na demonstração dos resultados.

## 7. Locações

### Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.6 o Grupo regista no seu ativo tangível (Nota 6) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo é locatário em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração e uma viatura ligeira registados na rubrica de "Ativos fixos tangíveis – equipamento básico" e "Ativos fixos tangíveis – equipamento transporte", respetivamente.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, são detalhados conforme se segue:

Locações Financeiras - Bens	2013		2012	
	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	305.858.686	178.525.988	127.332.698	138.256.306
Equipamento de transporte	93.040	72.941	20.099	51.259
	305.951.726	178.598.929	127.352.797	138.307.565

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, vencem juros a taxas anuais que se situam entre - 3,3501% e 3,2522%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

Locações Financeiras	Capital em dívida (Nota 18)	
	2013	2012
Até 1 ano	9.024.101	27.015.633
Entre 1 ano e 5 anos	42.731.314	47.534.578
A mais de 5 anos	7.630.671	15.275.224
	59.386.086	89.825.435

## Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo tem responsabilidades com a Hewlitt-Packard International Bank não reconhecidas na demonstração da posição financeira (Nota 3.6) no montante de 11.305 euros (Nota 18). Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2012 são detalhados conforme se segue:

Locações Financeiras	Pagamentos mínimos
	2012
Até 1 ano	11.305
Entre 1 ano e 5 anos	-
A mais de 5 anos	-
	<b>11.305</b>

## 8. Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012					
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.353.869	1.772.999	428.728	428.728	3.555.595	1.282.735	1.905.969	366.891	366.891
	<b>3.555.595</b>	<b>1.353.869</b>	<b>1.772.999</b>	<b>428.728</b>	<b>428.728</b>	<b>3.555.595</b>	<b>1.282.735</b>	<b>1.905.969</b>	<b>366.891</b>	<b>366.891</b>

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 35 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pelo diferencial entre os cash-flows previstos das rendas dos contratos de locação celebrados, conforme referido na Nota 3.7, e os gastos estimados (nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e gastos com condomínio e manutenção) até ao final dos referidos contratos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	22.925	14.426	71.134	(62.635)	24.726	20.862	71.134	(67.270)
	<b>22.925</b>	<b>14.426</b>	<b>71.134</b>	<b>(62.635)</b>	<b>24.726</b>	<b>20.862</b>	<b>71.134</b>	<b>(67.270)</b>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 132.970 euros, a qual foi registada na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, no montante de 71.134 euros, foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização".

## 9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Grupo evidenciava os seguintes investimentos em associadas e participadas:

2013										
	Sede	% deida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de investimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
<b>Empresas associadas:</b>										
Publitrans - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	2.884.907	2.887.671	(2.764)	1.847.904	103	41	47	-
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	9.158.755	9.150.177	9.578	7.278.533	9.378	4,689	507.937	407.947
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	20 a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	16,00%	75.805.511	87.156.402	(11.350.891)	4.869.883	50.205	9,642	9.642	-
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	19.143.134
ODEL, A.C.E.	Lisboa	14,29%	2.683.601	1.425.289	1.258.312	4.581.006	578.480	96,921	96.921	179.750
<b>Total</b>										<b>19.730.811</b>

a) Informação financeira não auditada em 31 de Dezembro de 2013.

b) Informação não disponível.

2012										
	Sede	% deida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de investimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
<b>Empresas associadas:</b>										
Publitrans - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	4.145.816	4.148.684	(2.868)	1.514.964	-	-	-	11.147
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	3.845.496	3.500.790	284.707	5.622.283	284.707	142,354	142.354	418.391
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	20 a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	16,00%	75.923.772	86.963.811	(11.040.038)	4.743.005	(583.802)	(93,408)	312.346	-
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	14.050.474
ODEL, A.C.E.	Lisboa	14,29%	2.297.370	1.534.599	757.721	2.911.556	277.869	18,710	108.246	108.246
<b>Total</b>										<b>18.571.884</b>

a) Informação financeira não auditada em 31 de Dezembro de 2012.

b) Informação não disponível.

No caso específico da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pela Empresa direta e indiretamente ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

A participação financeira que a Empresa detém na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., encontra-se registada por valor nulo, dado que no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo reconheceu na demonstração dos resultados uma provisão no montante de 1.816.143 euros correspondente à sua parte nas perdas acumuladas apuradas por esta participada no exercício e em exercícios anteriores.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo concedeu suprimentos à GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., no montante de 5.092.660 euros, sendo que em 31 de dezembro de 2013, o montante total concedido a título de suprimentos ascende a 19.143.134 euros. O Grupo não reconheceu qualquer perda por imparidade relativa a este montante, por ser entendimento do Conselho de Administração que os mesmos serão realizáveis no futuro.

Handwritten marks: a large 'G' and 'A' in blue ink, and a small signature or mark in the top right corner.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pelo Grupo no decurso do exercício de 2013 e 2012 foi como segue:

	2013		
	Método da equivalência Patrimonial	Custo	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	213.164	14.362.820	14.575.984
Aplicação do método da equivalência patrimonial	100.756	-	100.756
Dividendos	(39.655)	-	(39.655)
Outras variações no capital próprio - subsídios	-	-	-
Aumentos de suprimentos - GIL	-	5.092.660	5.092.660
Outras variações	1.106	-	1.106
<b>Saldo final</b>	<b>275.371</b>	<b>19.455.480</b>	<b>19.730.851</b>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	(313.493)	-	(313.493)
Reclassificação para a rubrica de "Provisões"	313.493	-	313.493
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>275.371</b>	<b>19.455.480</b>	<b>19.730.851</b>

	2012		
	Método da equivalência Patrimonial	Custo	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	539.855	9.310.613	9.850.468
Aplicação do método da equivalência patrimonial	167.792	-	167.792
Dividendos	(49.311)	-	(49.311)
Outras variações no capital próprio - subsídios	(131.634)	-	(131.634)
Aumentos de suprimentos - GIL	-	5.052.207	5.052.207
Outras variações	(45)	-	(45)
<b>Saldo final</b>	<b>526.657</b>	<b>14.362.820</b>	<b>14.889.477</b>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	(313.493)	-	(313.493)
<b>Saldo final</b>	<b>(313.493)</b>	<b>-</b>	<b>(313.493)</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>213.164</b>	<b>14.362.820</b>	<b>14.575.984</b>

## 10. Derivados

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2013 e 2012, corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

Designação	Entidade	Swap	Data		Capital	Justo valor						Variação (face ao JV da contraparte a 31.12.2012)		
			Inicial	Final		Justo valor ("JV") (contraparte)		Variação	Justo valor ("JV") (contraparte)		Justo valor (entidade independente)			
						31.12.2013	31.12.2012		31.12.2013	31.12.2012				
			Activo	Passivo		Activo	Passivo	Activo	Passivo					
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11-03-2011	21-07-2010	21-07-2016	-	-	(14.812.613)	14.812.613	-	16.260.790	-	(1.448.177)		
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11-03-2011	24-07-2010	24-07-2016	-	-	(10.548.814)	10.548.814	-	11.573.188	-	(1.024.374)		
DB EXPORT/95	BST	26-02-2003	15-06-2003	30-12-2013	-	-	554.030	-	(554.030)	-	(510.593)	(43.437)		
DB EXPORT/97	BST	26-02-2003	15-06-2003	30-12-2015	18.946.700	-	(977.480)	776.207	-	(1.753.687)	-	(1.706.142)	(47.545)	
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22-09-2005	01-07-2005	01-01-2019	43.846.560	-	(43.231.123)	24.789.545	-	(68.020.668)	-	(48.770.499)	(19.250.160)	
BSN-CGD (US LEASE)	JP MORGAN	15-07-2009	01-07-2009	01-01-2019	-	-	(5.231.127)	5.231.127	-	4.700.505	-	530.622		
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16-07-2009	01-07-2009	01-01-2019	21.923.280	1.271.187	(1.628.813)	4.900.000	-	4.700.505	-	199.495		
TREM I	C SUISSSE	16-11-2009	20-03-2007	20-03-2020	-	-	3.136.626	-	(3.136.626)	-	(1.816.003)	(1.320.623)		
TREM II	C SUISSSE	16-11-2009	24-03-2007	24-09-2021	-	-	5.589.865	-	(5.589.865)	-	(3.030.532)	(2.559.333)		
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06-06-2005	23-09-2005	23-09-2022	79.850.569	-	(166.506.345)	22.808.905	-	(189.315.250)	-	(166.698.901)	(22.616.349)	
TREM II (2ª TRANCHE)	JP MORGAN	08-07-2008	23-03-2008	23-09-2022	-	-	(10.974.903)	10.974.903	-	10.561.546	-	413.357		
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27-07-2009	18-08-2009	18-08-2014	-	-	6.910.836	-	(6.910.836)	-	(5.721.988)	(1.188.848)		
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27-07-2009	18-08-2009	18-08-2016	-	-	2.301.858	-	(2.301.858)	-	(2.084.251)	(217.607)		
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27-07-2009	18-08-2009	18-08-2016	-	-	(338.830)	-	318.838	799.134	-	(430.296)		
						264.567.339	9.271.187	(216.714.948)	23.352.764	66.467.457	(777.361.982)	48.515.688	(230.338.309)	(48.993.282)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme referido na Nota 2.1. o Grupo passou a mensurar os instrumentos financeiros derivados de acordo com o "marked-to-market" determinado pela contraparte com os quais os mesmos foram contratados. A variação negativa nas rubricas da demonstração da posição financeira "Derivados" no montante de 25.640.519 euros inclui: (i) o efeito negativo decorrente da atualização do "marked-to-market" a 31 de dezembro de 2012 no montante de 48.993.282 euros com base no valor determinado pela contraparte naquela data e refletido no quadro acima na coluna "Justo valor ("JV") (Contraparte) – 31.12.2012", a qual foi registada em 31 de dezembro de 2013 na rubrica de "Resultados transitados" (Nota 15), dado ser entendimento do Conselho de Administração que o efeito da reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 não seriam materialmente relevantes para efeitos de comparabilidade; e (ii) a variação positiva no montante de 23.352.764 euros em resultado das variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, entre exercícios, e o cancelamento antecipado de diversos contratos conforme referido abaixo, a qual foi registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2013, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 5.7), seria como segue:

	+1%	-1%
Justo Valor	40.918.862	(55.240.653)
	40.918.862	(55.240.653)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo liquidou 9 contratos de swap tendo pago o montante de 15.422.250 euros. O ganho resultante da liquidação destes contratos, cujo montante ascendeu a 24.527.071 euros, que corresponde à diferença entre o valor pago e o "marked-to-market" determinado pela contraparte com quem os mesmos foram contratados com referência a 31 de dezembro de 2012, foi registado na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 28) e a perda no montante de 9.104.821 euros foi registada na rubrica de "Outros gastos e perdas" (Nota 29).

O detalhe dos contratos de swap liquidados detalha-se como segue:

Financiamento base	Despacho	Entidade bancária	Tipo de Instrumento	Maturidade	Notional (original)	Data cancelamento	Valor líquido pago	"Marked-to-market" (Contraparte)	Variação
TREM I	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR 10Y - EUR 2Y) Digital + (EUR 20Y ia - EUR 10Y ia) Leveraged Floor	20-Mar-20	80.222.338	08-Abr-13	(1.300.000)	(877.164)	422.836
	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR 10Y - EUR 2Y) Digital + (EUR 20Y ia - EUR 10Y ia) Leveraged Floor	21-Set-24	88.007.484	08-Abr-13	(3.000.000)	(1.674.198)	1.325.802
GOLDMAN SACHS	1007/13-SET	Goldman Sachs	Bullet Swap	21-Jul-16	71.042.080	20-Mai-13	8.112.044	14.430.951	6.318.907
	1007/13-SET	Goldman Sachs	Bullet Swap	24-Jul-16	50.000.000	20-Mai-13	5.792.784	10.278.688	4.485.904
	1161/13-SET	JP Morgan	Snowball, Overlay	01-Jan-19	34.769.094	13-Jun-13	3.066.515	4.685.342	1.618.827
	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla (Restructured)	23-Set-22	90.036.707	13-Jun-13	7.361.246	10.590.719	3.229.473
DEUTSCHE SCHULDESCHEN	1234/13-SET	Deutsche	Range	18-Ago-16	25.500.000	28-Jun-13	(1.243.210)	(5.117.906)	(3.874.696)
	1234/13-SET	Deutsche	Swap & Short cap	18-Ago-14	150.000.000	28-Jun-13	(3.561.611)	(1.943.975)	1.617.636
	1234/13-SET	Deutsche	Swap & Short cap	18-Ago-16	2.450.000	28-Jun-13	194.482	886.918	692.436
							15.422.250	31.259.376	15.837.126

## 11. Outros ativos financeiros – não corrente

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Outros ativos financeiros – não corrente" inclui: (i) os montantes de 17.798.437 euros e 17.539.253 euros, respetivamente, os quais respeitam a uma garantia adicional que a Empresa teve de conceder em abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à Empresa; e (ii) o montante de 18.651.146 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do "downgrade" do rating da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 153.367 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

## 12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os inventários eram detalhados conforme se segue:

Inventários:	2013			2012		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consu</b>						
Materiais	1.144.973	(405.000)	739.973	1.002.947	(380.000)	622.947
Ferramentas	18.732	-	18.732	22.722	-	22.722
Produtos de limpeza	41.216	-	41.216	19.668	-	19.668
Combustíveis	37.025	-	37.025	26.900	-	26.900
Títulos de transporte	433.525	-	433.525	130.064	-	130.064
Outros materiais	298.570	-	298.570	400.317	-	400.317
	<b>1.974.041</b>	<b>(405.000)</b>	<b>1.569.041</b>	<b>1.602.618</b>	<b>(380.000)</b>	<b>1.222.618</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

## Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

Custo das mercadorias vendidas	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
	2013	2012
Saldo inicial	1.602.618	2.175.086
Compras	2.208.434	2.093.143
Regularizações	313.451	(460.207)
Saldo final	1.974.041	1.602.618
	<b>2.150.462</b>	<b>2.205.404</b>

## Perdas por Imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

Perdas por Imparidade - Inventários	2013			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Materiais	380.000	25.000	-	405.000
	<b>380.000</b>	<b>25.000</b>	<b>-</b>	<b>405.000</b>

Perdas por Imparidade - Inventários	2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Materiais	330.000	50.000	-	380.000
	<b>330.000</b>	<b>50.000</b>	<b>-</b>	<b>380.000</b>

Os aumentos das perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram registados na rubrica de "Imparidade de inventários – (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

### 13. Clientes e outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de "Clientes" e "Outros ativos" apresentavam a seguinte composição:

	2013			2012		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
<b>Clientes e outras contas a receber</b>	<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Não correntes:</b>						
Outras contas a receber	10.502.602	-	10.502.602	12.433.723	-	12.433.723
	<b>10.502.602</b>	<b>-</b>	<b>10.502.602</b>	<b>12.433.723</b>	<b>-</b>	<b>12.433.723</b>
<b>Correntes:</b>						
Clientes	6.535.075	(101.284)	6.433.790	13.077.931	(73.938)	13.003.993
Outras contas a receber	84.023.388	(4.458.989)	79.564.400	78.027.093	(4.458.989)	73.568.104
	<b>90.558.463</b>	<b>(4.560.273)</b>	<b>85.998.190</b>	<b>91.105.024</b>	<b>(4.532.927)</b>	<b>86.572.097</b>
	<b>101.061.065</b>	<b>(4.560.273)</b>	<b>96.500.792</b>	<b>103.538.747</b>	<b>(4.532.927)</b>	<b>99.005.820</b>

O detalhe da rubrica de "Clientes" e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Clientes	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Associadas e participadas (Nota 31)	3.224.040	-	4.595.429	-
GIBB Portugal	799.614	-	835.658	-
Ar Telecom	463.383	-	463.383	-
Soflusa - Soc. Fluvial Transportes	2.023	-	278.650	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	-	-	188.309	-
Tmn - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	262.958	-	180.615	-
Simtejo	59.624	-	59.624	-
Direção Geral de Transportes Terrestres	23.644	-	23.644	-
Refer	1.045	-	1.045	-
Outros	1.698.744	-	6.451.574	-
	<b>6.535.075</b>	<b>-</b>	<b>13.077.931</b>	<b>-</b>
Imparidade de contas a receber de clientes	(101.284)	-	(73.938)	-
	<b>6.433.791</b>	<b>-</b>	<b>13.003.993</b>	<b>-</b>

De acordo com a informação constante na demonstração da posição financeira consolidada, a antiguidade do saldo de "Clientes" é como segue:

Clientes	31.12.2013	31.12.2012
Não vencido	2.010.533	1.910.044
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	992.705	2.159.075
90-180 dias	556.966	716.617
180-360 dias	2.748.336	1.564.776
+360 dias	23.967	6.579.543
Vencido e ajustado:		
0-90 dias	-	-
90-180 dias	-	-
180-360 dias	-	-
+360 dias	101.284	73.938

Outras contas a receber	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parque Expo' 98	7.980.766	-	7.980.766	-
Devedores por acréscimo de rendimentos	1.797.441	-	3.440.155	-
Transtejo	3.157.769	10.502.602	2.577.739	12.002.602
Receitas de tráfego	2.317.465	-	1.230.036	-
Associadas e participadas (Nota 31)	1.341.098	-	896.968	-
Trabalhos por conta de terceiros	55.707.366	-	53.562.488	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	747.716	-	491.366	-
Pessoal	671.155	-	391.497	-
Rodoviária de Lisboa	76.782	-	199.177	-
Câmara Municipal do Barreiro	3.101.278	-	151.833	-
Câmara Municipal de Lisboa	437.240	-	18.054	413.067
Refer	114.414	-	-	-
Outros	6.572.899	-	7.087.014	18.054
	84.023.389	10.502.602	78.027.093	12.433.723
Imparidade de outros ativos	(4.458.989)	-	(4.458.989)	-
	79.564.400	10.502.602	73.568.104	12.433.723

De acordo com a informação constante na demonstração da posição financeira consolidada, a antiguidade do saldo de "Outros ativos" é como segue:

Outras contas a receber	31.12.2013	31.12.2012
Não vencido	1.203.187	1.778.140
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	353.181	665.332
90-180 dias	279.182	120.685
180-360 dias	2.887.169	1.751.175
+360 dias	80.885.294	77.227.506
Vencido e ajustado:		
0-90 dias	-	-
90-180 dias	-	-
180-360 dias	-	-
+360 dias	4.458.989	4.458.989

Em 17 de agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respetivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 euros seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 euros, 2.493.990 euros, 2.493.990 euros, e 2.992.787 euros, respetivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 euros. Até 31 de dezembro de 2013 da compensação total o Grupo recebeu o valor de 1.995.191 euros relativo à parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros ativos correntes" o montante de 7.980.766 euros.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respetivas estações, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que o Grupo concluiria a construção e daria início a exploração desta linha).

Em 29 de setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre o Grupo, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que o Grupo pagaria à Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 euros a título de expropriação da área indispensável a implementação e construção da estação de metro Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo o Grupo capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha Alameda/Oriente e respetivas estações o montante de 7.082.930 euros e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outros passivos", pelo mesmo montante (Nota 23).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o Grupo celebrou um protocolo com a Transtejo, tendo em vista a transferência para aquela entidade, do montante de 14.502.602 euros relativo a obras efetuadas por conta daquela entidade no terminal fluvial do Cais do Sodré.

Decorrente deste contrato, a Transtejo obrigava-se a pagar ao Grupo, anualmente, o montante de 1.000.000 euros, sendo que tal como contratualizado o mesmo poderá ser reduzido para 500.000 euros caso aquela entidade assim o comunique à Empresa. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Transtejo procedeu ao pagamento de 1.500.000 euros ao Grupo, sendo que nesta data o montante que se encontra por liquidar por aquela entidade relativamente ao protocolo celebrado, ascende a 11.502.602 euros, dos quais 1.000.000 euros se encontram classificados como corrente.

Esta conta a receber não vence Juros sendo que o montante classificado como não corrente tem o seguinte plano de pagamentos:

Ano	Montante
2015	1.000.000
2016	1.000.000
2017	1.000.000
2018	1.000.000
2019 e seguintes	6.502.602
	<b>10.502.602</b>

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é próximo do seu justo valor.

A rubrica "Trabalhos por conta de terceiros" inclui, essencialmente, os montantes de 35.993.483 euros (o qual inclui o montante de 1.861.686 euros relativo às obras efetuadas no terminal da Transtejo no Cais Sodré e o montante de 34.131.796 euros relativo às obras efetuadas pela Empresa no Terreiro do Paço) e relativamente ao qual o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um protocolo para regularização da situação, 9.550.544 euros e 7.315.347 euros relativos a obras efetuadas pela Empresa por conta da Câmara Municipal de Lisboa e da Refer, respetivamente.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2013 e 2012 foi como segue:

Imparidades	2013				2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
De dívidas a receber de clientes	73.938	35.162	(7.816)	101.284	418.530	12.690	(357.282)	73.938
De outras contas a receber	4.458.989	-	-	4.458.989	5.344.906	-	(885.917)	4.458.989
	<b>4.532.927</b>	<b>35.162</b>	<b>(7.816)</b>	<b>4.560.273</b>	<b>5.763.436</b>	<b>12.690</b>	<b>(1.243.199)</b>	<b>4.532.927</b>

## 14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos ativos	2013	2012
	Total	TOTAL
Seguros pagos antecipadamente	11.023	42.863
Encargos com contratos de leasing	1.730.816	2.048.687
Encargos com financiamentos	8.295	-
	1.750.134	2.091.550

A rubrica "Diferimentos ativos - encargos com contratos de leasing", no montante de 1.730.816 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

## 15. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2013 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 1.079.179.039 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi efetuado um aumento de capital no montante de 475.429.039 euros, o qual foi totalmente subscrito e realizado em dinheiro pelo Estado Português.

### Resultados transitados

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa registou na rubrica de "Resultados transitados" o montante de 40.398.604 euros relativo: (i) ao diferencial negativo entre "marked-to-market" dos instrumentos financeiros derivados determinado pela contraparte com quem os mesmos foram contratados, reportado a 31 de dezembro de 2012 e o valor determinado pelo avaliador externo com referência aquela data no montante de 48.993.282 euros (Nota 10); (ii) ao montante positivo de 3.991.943 euros relativo ao acréscimo de gastos com juros associado relativo aos instrumentos financeiros derivados, que se encontrava reconhecido na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 numa rubrica autónoma e que se encontram considerados no "marked-to-market" determinado pela contraparte; e (iii) ao montante positivo de 4.602.735 euros relacionado com juros de empréstimos.

As demonstrações financeiras do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, consideradas para efeitos de consolidação, não foram ainda objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

## 16. Interesses sem controlo

O movimento ocorrido nos interesses sem controlo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi como segue:

Empresa	Saldo inicial	Resultado líquido	Saldo final
TREM I	(10.701.280)	(1.173.507)	(11.874.787)
TREM II	(20.262.487)	(2.812.423)	(23.074.910)
	(30.963.767)	(3.985.930)	(34.949.697)

## 17. Provisões e passivos contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

Provisões e passivos contingentes	2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
<b>Provisões para riscos e encargos</b>					
Processos judiciais em curso	723.099	391.748	(309.177)	(232.319)	573.351
Juros a liquidar	261.881	10.737.858	-	-	10.999.739
Impostos	217.694	-	-	-	217.694
Reestruturação	285.141	-	(285.141)	-	-
Contratos onerosos	108.338	44.145	(9.446)	-	143.037
Despesas com pessoal	142.971	-	-	-	142.971
	1.739.124	11.173.751	(603.764)	(232.319)	12.076.792
<b>Outras provisões:</b>					
Investimentos financeiros	-	1.817.241	-	-	1.817.241
Outras	27.691	-	-	-	27.691
	27.691	1.817.241	-	-	1.844.932
	1.766.815	12.990.992	(603.764)	(232.319)	13.921.724

Provisões e passivos contingentes	2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
<b>Provisões para riscos e encargos</b>					
Processos judiciais em curso	1.799.877	160.297	(1.043.858)	(193.217)	723.099
Juros a liquidar	261.881	-	-	-	261.881
Impostos	217.694	-	-	-	217.694
Reestruturação	365.910	-	-	(80.769)	285.141
Contratos onerosos	211.649	25.875	-	(129.186)	108.338
Despesas com pessoal	142.971	-	-	-	142.971
	2.999.982	186.172	(1.043.858)	(403.172)	1.739.124
<b>Outras provisões:</b>					
Outras	27.691	-	-	-	27.691
	27.691	-	-	-	27.691
	3.027.673	186.172	(1.043.858)	(403.172)	1.766.815

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo reconheceu na rubrica de "Provisões para riscos e encargos" o montante de 10.737.858 euros relativo aos juros vencidos e não pagos em setembro e dezembro de 2013 à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras, bem como, o montante das despesas que o Grupo irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2013 ascende a 287.751 euros e encontra-se refletida na rubrica de "Processos judiciais em curso".

O aumento verificado na rubrica de "Outras provisões - investimentos financeiros", inclui o montante de 1.816.143 euros relativo à provisão constituída pela Empresa para fazer face às perdas acumuladas no exercício e em exercícios anteriores, conforme referido na Nota 9.

### Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2013, existem pedidos de indemnizações reclamados ao Grupo, no montante de 2.078.851 euros (3.694.154 euros em 31 de dezembro de 2012), os quais referem-se essencialmente a, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2013 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

### Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na demonstração da posição financeira

#### a) Responsabilidades com saúde

O Grupo tem vindo a efetuar o pagamento de benefícios aos seus empregados ativos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registados encargos de saúde no montante de 730.688 euros (Notas 3.16 e 27), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com ativos.

#### b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de 59.386.086 euros (Nota 7 e 18) e 89.825.435 euros, respetivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede.

## 18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos incluindo os afetos à atividade de exploração em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Financiamentos	Entidade financiadora	2013			2012			Vencimento	Tipo de amortização
		Montante utilizado			Montante utilizado				
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente		
<b>Instituições financeiras:</b>									
<b>Empréstimos bancários:</b>									
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas	-	-	-	-	-	-	09-Ago-12	Maturidade
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas 2014	50.000.000	-	-	50.000.000	50.000.000	-	-	-
Emp. CP 175 M EUR	Barclays Bank	-	-	-	-	-	-	-	-
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100.000.000	-	100.000.000	100.000.000	-	100.000.000	21-Jul-16	Maturidade
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000	24-Jul-16	Maturidade
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000	-	50.000.000	18-Ago-16	Maturidade
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	26.493.609	52.987.218	105.974.436	26.493.609	79.480.827	30-Nov-16	Semestral
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	102.708.492	308.125.476	410.833.969	-	410.833.969	30-Nov-17	Semestral
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	-	129.885.756	-	-	-	-	-
Emp. TREM I LP 2000 (50 M EUR)	Banco Santander	50.000.000	1.398.054	33.551.451	50.000.000	1.353.608	34.949.505	20-Mar-20	Semestral
Emp. TREM I LP 2000 (50 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	50.000.000	1.398.054	33.551.451	50.000.000	1.353.608	34.949.505	20-Mar-20	Semestral
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Banco Santander	52.777.778	1.398.734	37.396.949	52.777.778	1.333.952	38.820.661	24-Ser-21	Semestral
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26.388.889	699.368	18.698.474	26.388.889	666.977	19.410.330	24-Ser-21	Semestral
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa BI	26.388.889	699.368	18.698.474	26.388.889	666.977	19.410.330	24-Ser-21	Semestral
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Banco Santander	52.777.778	1.356.057	38.569.228	52.777.778	1.322.101	39.925.285	23-Ser-22	Semestral
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26.388.889	678.028	19.284.614	26.388.889	661.051	19.962.642	23-Ser-22	Semestral
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa BI	26.388.889	678.028	19.284.614	26.388.889	661.051	19.962.642	23-Ser-22	Semestral
<b>Total Empréstimos bancários</b>			<b>187.987.792</b>	<b>860.033.705</b>		<b>84.512.934</b>	<b>917.703.696</b>		
<b>Locações financeiras:</b>									
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing	-	-	-	-	18.365.631	-	41.638	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing	-	5.562.973	13.383.727	-	5.243.636	18.946.700	42.368	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	-	3.456.669	36.978.258	-	3.367.190	43.846.560	43.467	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	BBVA Financiamento	-	-	-	-	15.641	-	-	-
Emp. CP/LP M EUR	BMW Bank GmbH - Sucursal Portugal	-	4.459	-	-	23.535	16.542	41.818	Mensal
<b>Total de Locações financeiras</b>			<b>9.024.101</b>	<b>50.361.985</b>		<b>27.015.613</b>	<b>62.899.802</b>		
<b>Encargos financeiros</b>			<b>(11.348.761)</b>	<b>-</b>		<b>(1.198.563)</b>	<b>-</b>		
<b>Total Instituições financeiras</b>			<b>185.184.132</b>	<b>910.395.690</b>		<b>110.330.004</b>	<b>982.515.498</b>		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 129.885.756 euros, estão associados a responsabilidades com a produção do transporte e cujo reembolso será efetuado em 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 410.833.969 euros, estão associados à gestão da Infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 105.974.438 euros, estão associados à gestão da Infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo procedeu ao reembolso dos empréstimos contratados junto do BNP Paribas e Barclays Bank, nos montantes de 50.000.000 euros e 175.000.000 euros, respetivamente, em consequência do seu vencimento, tal como estipulado contratualmente. Adicionalmente, a Empresa reembolsou as linhas de crédito que tinha contratualizado com aquelas instituições, no montante global de 109.887.149 euros, em resultado do encerramento das mesmas, tal como estipulado contratualmente.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2015	159.398.825
2016	309.649.438
2017	133.413.858
2018	30.971.036
2019 e seguintes	226.600.548
	<b>860.033.705</b>

Em 29 de dezembro de 1995 e em 30 de dezembro de 1997, o Grupo celebrou com a DB EXPORT Leasing GmbH, dois contratos de leasing, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tração (UT), respetivamente. Em 31 de dezembro de 2013, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a 19.046.700 euros (13.383.727 euros classificados como não corrente e 5.662.973 euros como corrente).

Em 31 de dezembro de 1998, o Grupo celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2013, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 40.434.927 euros.

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tração (Nota 7)	9.019.642	50.361.985	59.381.627
	<b>9.019.642</b>	<b>50.361.985</b>	<b>59.381.627</b>

A parcela que classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2015	20.434.554
2016	7.238.201
2017	7.430.547
2018	7.628.011
2019 e seguintes	7.630.672
	<b>50.361.985</b>

As rendas de locação financeira, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,3501% e 3,2522%.

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2014 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2014, encontra-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 307.191.761 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2014 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias; (ii) a conversão de financiamentos concedidos pela DGTF em aumentos de capital no montante de 358.306.233 euros; e (iii) um aumento de capital por dotação de capital no montante de 241.080.212 euros, do qual a esta data já se encontra parcialmente concretizado, através do aumento de capital de 55.000.000 euros (Nota 34).

Em 31 de dezembro de 2013 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31.12.2013	Prazo	Garantias "Pari Passu"	Cláusula de detenção	Rating	"Cross default"	Outras cláusulas relevantes	
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 10 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt em Main	100.000.000	10 de Julho de 2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 22 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt em Main	50.000.000	24 de Julho de 2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Deutsche Bank AG e o Desira Sabadell, S.A., sucursal em Portugal em 24 de Julho de 2009, alterado em 28 de Janeiro de 2011, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt em Main	50.000.000	18 de Julho de 2014	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	<input checked="" type="checkbox"/> notches abaixo de A+ pela S&P ou A3 pela Moody's (esta cláusula foi eliminada no adiamento de 2011)	Sim	"Negative Pledge" / Contrato com Garantia da República Portuguesa

**Anexo A - Cláusula 11.7.** Enquanto as obrigações para si decorrentes do presente Contrato não se encontrarem integralmente satisfeitas, não dar em garantia ou por outra forma onerar quaisquer bens, com excepção das infra-estruturas de longa duração (ILD's), que constam ou venham a constar do seu activo, desde que tal afecte significativamente o património da Mutuária ou a sua capacidade em cumprir com as obrigações decorrentes deste Contrato, excepto:

- Garantias constituídas com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
- Garantias prestadas no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor das entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações;
- Garantias constituídas por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamentação ou licença relacionadas com a actividade da Mutuária;
- Cessão de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Mutuária, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
- Garantias constituídas sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com a serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Mutuária para garantir o preço de compra dos referidos bens;
- Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos da presente cláusula;
- Qualquer garantia que resulte de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Mutuária no âmbito da sua actividade comercial regular;
- Garantias constituídas no âmbito de ou que resultem das operações referidas na alínea b).

**Cláusula 11.8.** Não vender, ceder ou por qualquer outro meio transmitir qualquer dos seus Activos, com excepção das infra-estruturas de longa duração (ILD's), sem o consentimento prévio do Banco.

Esta proibição não se aplica a qualquer venda, cessão, transmissão ou qualquer outra forma de disposição, se:

- Relativa a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros e efectuada no exercício de actividade comercial da Mutuária ou por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamentação ou licença relacionadas com o referida actividade;
- Consistir numa taxa por outros Activos comparáveis ou superiores em tipo, valor e qualidade ou se o contrapartido auferida corresponder ao respectivo valor de mercado;
- Fer efectuada no âmbito de operações de locação estruturada e/ou de sale e leaseback, a favor das entidades financiadoras dessas operações com vista ao financiamento dos Activos em causa;
- O montante do correspondente valor de mercado ou da contrapartida recebida, consoante o que for mais alto, e do valor de mercado ou da contrapartida recebida, consoante o mais alto, de qualquer outra venda, aluguer, transmissão ou outra forma de disposição (sem contar com as operações permitidas nas alíneas anteriores) não exceder em qualquer exercício o montante de 15.000.000 EUR (quinze milhões de euros).

**Anexo B -** A sociedade poderá, no entanto, sobre os bens móveis ou imóveis que constituem ou venham a constituir o seu activo, e sem prejuízo das obrigações identificadas no número 1 da presente cláusula, prestar:

- Garantias com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
- Garantias no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor das entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações bem como garantias conexas com aquelas obrigações que sejam exigidas como obrigações da Sociedade pelas entidades financiadoras das referidas operações;
- Garantias por exigência legal ou estatutária ou em virtude de instruções imperativas do Governo/Lei no âmbito da actividade exercida pela Sociedade;
- Cessão de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Sociedade, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
- Garantias sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Sociedade para garantir o preço de compra dos referidos bens;
- Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos da presente cláusula;
- Qualquer garantia que vise obstar ao exercício de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Sociedade no âmbito da sua actividade comercial regular.

O "downgrade" do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de "US Cross Border Lease", respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso do exercício de 2013 constituiu um colateral no montante de 18.651.146 euros (Nota 11).

## 19. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na Nota 3.16, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2013, o número de empregados ativos, e reformados /pensionistas abrangidos ascendia a 1.068 e 1.425, respetivamente (1.127 e 1.449 em 31 de dezembro de 2012).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido a data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2013	2012
Trabalhadores activos	50.459.418	56.655.595
Reformados	166.527.727	206.083.505
	216.987.145	262.739.100

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2013 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2013	2012
Tábuas de mortalidade		TV88/90 - França
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	-
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	-
Tábuas de invalidez	EKV80	EVK 80
<b>Taxas</b>		
Taxa média de crescimento dos salários		
Taxa de Crescimento Salarial até aos 55 anos	2,00%	2,50%
Taxa de Crescimento Salarial após os 55 anos	1,50%	2,50%
Taxa de desconto	3,50%	3,75%
Taxa média anual de crescimento de pensões	0,00%	1,00%
Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	1,50%	2,50%

Com referência a 31 de dezembro de 2013, na quantificação das responsabilidades com benefícios pós-emprego foi tida em consideração: (i) a alteração introduzida pelo Orçamento de Estado de 2014, no que se refere à suspensão de pagamentos de complementos de reformas para as empresas públicas que apresentem prejuízos; e (ii) a alteração da idade de reforma de 65 para 66 anos.

A evolução nas responsabilidades do Grupo com pensões no exercício de 2013 e 2012 foi como se segue:

	2013	2012
Responsabilidades totais no início do período	262.739.100	262.695.165
Custos dos serviços correntes (Nota 27)	2.302.813	3.373.150
Custo dos juros (Nota 27)	9.852.716	15.761.710
Benefícios pagos no exercício	(13.563.234)	(13.604.173)
Ganhos / perdas atuariais do exercício	(44.344.250)	(5.486.752)
<b>Reponsabilidades totais no fim do período</b>	<b>216.987.145</b>	<b>262.739.100</b>

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2013, nos montantes de 2.302.813 euros e 9.852.716 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 44.344.250 euros e 5.486.752 euros, respetivamente, relativo a perdas atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados", conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.16).

Em 31 de dezembro de 2013, as perdas actuariais resultam, essencialmente, da diferenciação das tábuas de mortalidade entre a população masculina e feminina, ganhos atuariais resultantes da suspensão de pagamentos de reformas em 2014 e da alteração da idade da reforma.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de 216.987.145 euros, encontram-se registadas no passivo na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós emprego".

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas na demonstração da posição financeira.

## 20. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2013 e 2012 detalha-se como segue:

Fornecedores	2013	2012
<b>Fornecedores:</b>		
CJC Engenharia e Projectos, Lda.	690.500	690.500
Emel	1.170	290.726
Companhia Carris de Ferro	64.378	158.937
Iberlin, S.A.	10.891	109.238
Eurest, S.A.	5.882	65.956
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	42.818	24.521
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	29.021	23.524
Optimus Comunicações, S.A.	1.720	10.683
Empresas do Grupo (Nota 31)	456.666	2.192
Grupo 8- Vigilância e Prevenção	-	863
Edp Comercial	845.260	-
Outros	541.392	5.788.213
	<b>2.689.698</b>	<b>7.165.353</b>

De acordo com a informação constante na demonstração da posição financeira consolidada, o saldo de "Fornecedores" apresenta os seguintes prazos de vencimento:

Fornecedores	31.12.2013	31.12.2012
Não vencido	941.337	852.400
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	581.202	99.806
90-180 dias	523.612	60.974
180-360 dias	37.902	266.360
+360 dias	605.645	5.885.813
Vencido e ajustado:		
0-90 dias	-	-
90-180 dias	-	-
180-360 dias	-	-
+360 dias	-	-

## 21. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, o Grupo encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	314.791	8.025	303.937	-
Estimativa de imposto	44.877	87.525	(160.760)	128.086
Retenções na fonte	2.123.991	(459.217)	2.545.727	(362.436)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	1.236.080	-	760.177
Imposto sobre o valor acrescentado	1.316.379	652.938	1.797.236	18.396
Contribuições para a Segurança Social	-	1.224.933	-	1.221.435
Outros Impostos	756.086	296.590	158.429	2.195.685
	<b>4.556.124</b>	<b>3.046.874</b>	<b>4.644.569</b>	<b>3.961.343</b>

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efetuada nos processamentos salariais de dezembro de 2013, os quais serão liquidados em janeiro de 2014.

## 22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2013	2012
Imposto corrente	222.117	288.845
	<b>222.117</b>	<b>288.845</b>

Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável. Decorrente desta situação as autoridades tributárias poderão entender que os ajustamentos de transição para o SNC (reportados a 01 de Janeiro de 2010) no montante de 1.017.000.000 Euros, poderiam ser relevantes para efeitos de cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício.

É entendimento do Grupo que face à natureza dos ajustamentos de transição efetuados, os mesmos não deveriam concorrer para o apuramento do resultado tributável dos exercícios de 2012 e 2013, sendo assim intenção da Empresa solicitar às autoridades tributárias um pedido de informação vinculativa relativamente a este tema.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 711.987.657 euros e 797.722.097 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas e conforme se segue:

Prejuízos fiscais	2013		2012	
	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2007	-		118.382.911	2013
Gerados em 2008	120.689.141	2014	120.689.141	2014
Gerados em 2009	147.456.480	2015	147.456.480	2015
Gerados em 2010	158.397.266	2014	158.397.266	2014
Gerados em 2011	160.860.290	2015	160.860.290	2015
Gerados em 2012	91.936.009	2017	91.936.009	2017
Gerados em 2013	32.648.471	2017	-	
	<b>711.987.657</b>		<b>797.722.097</b>	

### 23. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de "Outros passivos" apresentava a seguinte composição:

Outros passivos	2013	2012
<b>Não corrente:</b>		
Subsídios ao investimento a reconhecer	17.012.122	19.918.353
	<b>17.012.122</b>	<b>19.918.353</b>
<b>Corrente:</b>		
<b>Outros credores:</b>		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	7.082.930	7.082.930
Pessoal	492.748	451.681
Outros	220.894	106.056
Empresas do grupo (Nota 31)	111.619	400.319
Subsídios ao investimento a reconhecer	2.906.231	2.906.231
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	7.787.103	9.435.652
Compensação por caducidade de contratos	293.235	318.448
Juros vincendos e não pagos	18.819.550	13.352.210
Credores por acréscimos de gastos	573.674	3.277.527
Leasings financeiros - mais valias diferidas	1.578.232	2.024.861
Receitas de tráfego	1.350.735	1.290.812
Fornecedores de investimentos	4.506.418	554.393
Rendimento de imóveis	31.613	47.084
Facturação antecipada	99.712	80.890
Outros	3.355.946	563.257
	<b>49.210.640</b>	<b>41.892.351</b>

O saldo da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" em 31 de dezembro de 2013 e 2012 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pelo Grupo com investimentos realizados, relativamente aos quais à data de relato ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

As mais-valias decorrentes dos contratos de leasing financeiro referentes às 14 UT e 24 UT encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 28).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Grupo beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

Subsídios	2013						
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 28)	Rédito acumulado	Montante a reconhecer no exercício de 2014	Outros passivos correntes	Outros passivos não correntes
Subsídios relacionados com ativos:							
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	7.768.382	494.838	494.838	2.679.660
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	37.784.519	2.411.393	2.411.393	14.332.462
	<b>65.471.254</b>	<b>65.471.254</b>	<b>2.906.231</b>	<b>45.552.901</b>	<b>2.906.231</b>	<b>2.906.231</b>	<b>17.012.122</b>

Subsídios	2012						
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 28)	Rédito acumulado	Montante a reconhecer no exercício de 2013	Outros passivos correntes	Outros passivos não correntes
Subsídios relacionados com ativos:							
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	7.273.544	494.838	494.838	3.174.498
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	35.373.126	2.411.393	2.411.393	16.743.855
	<b>65.471.254</b>	<b>65.471.254</b>	<b>2.906.231</b>	<b>42.646.670</b>	<b>2.906.231</b>	<b>2.906.231</b>	<b>19.918.353</b>

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.

## 24. Rédito

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2013	2012
<b>Vendas:</b>		
Sucatas	90.937	1.031
<b>Prestação de serviços:</b>		
Receitas de tráfego	77.487.718	78.381.310
Serviços secundários	2.328.308	1.523.525
Consultoria técnica	6.204.093	4.466.001
Contratos de arrendamento	124.866	366.369
Contratos de exploração	2.178.850	2.271.525
Outros	6	1
	<b>88.414.778</b>	<b>87.009.762</b>

## 25. Subsídios à exploração

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Subsídios à exploração	2013	2012
Indemnização compensatória	44.000.000	44.000.000
Passe 4_18	312.602	539.854
Passe Sub23	296.105	1.017.800
Paii-Programa Apoio Integrado a Idosos	305.482	142.623
Passe Social +	449.460	401.917
Outros subsídios	14.562	41.846
	<b>45.378.211</b>	<b>46.144.040</b>

Em 31 de dezembro de 2013 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 46.640.000 euros (44.000.000 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2013 de 4 de abril.

Em 31 de dezembro de 2012 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operação em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 46.640.000 euros (44.000.000 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2012, de 31 de maio.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensação financeira, para o passe 4\_18@escola.tp, o passe sub23@superior.tp no montante de 645.229 euros (608.707 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) e de 1.651.113 euros (1.557.654 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), respetivamente.

## 26. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2013	2012
Eletricidade	8.350.427	8.059.749
Rendas e alugueres	1.112.449	1.099.945
Vigilância e segurança	5.188.241	5.881.160
Conservação e reparação	4.115.414	5.227.974
Limpeza, higiene e conforto	2.666.010	3.031.433
Trabalhos especializados	1.189.002	1.196.133
Honorários	83.466	89.857
Deslocações e estadas	187.099	146.053
Outros	3.468.411	3.375.364
	<b>26.360.519</b>	<b>28.107.668</b>

A diminuição verificada nas rubricas de "Limpeza, higiene e conforto" e "Vigilância e segurança" resulta da contenção de gastos e redução da cadência de comboios.

## 27. Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	245.923	350.847
Remunerações do pessoal	50.764.641	52.052.556
Benefícios pós-emprego - complementos pagos	13.563.234	13.604.173
Responsabilidades da empresa com pensões (Nota 19)	12.155.529	-
Encargos sobre remunerações	11.000.037	11.400.881
Seguros de doenças profissionais (Nota 17)	731.903	901.200
Gastos de ação social	660.936	1.170.209
Outros	2.780.957	1.772.341
	<b>91.903.160</b>	<b>81.252.207</b>

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na rubrica de "Remunerações ao pessoal" resultou, essencialmente, das medidas de contenção salarial impostas pela Lei 66-B-2012 do Orçamento de Estado 2013.

O Grupo reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 2.302.813 euros (em 2012 foi reconhecido na rubrica "Provisões" pelo montante de 3.373.150 euros) e o custo dos juros, no montante de 9.852.716 euros (em 2012 foi reconhecido na rubrica "Juros e gastos similares suportados" pelo montante de 15.761.710 euros).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número médio de trabalhadores foi de 1.607 e 1.659 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1.568 e 1.645 pessoas, respetivamente.

## 28. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2013	2012
Subsídio para investimentos (Nota 23)	2.906.231	2.906.231
Ganhos em SWAP (Nota 10)	24.527.071	-
Juros de mora	528.816	657.155
Venda de energia	571.826	470.794
Reconhecimento de mais-valias	446.629	446.629
Serviços sociais	150.738	203.299
Recuperação de encargos	56.861	120.948
Ganhos em inventários - sobras	181.581	53.711
Cedência do espaço	71.387	41.585
Rendas de imóveis (Nota 8)	22.925	24.726
Outros	712.400	750.925
	<b>30.176.465</b>	<b>5.676.003</b>

O saldo da rubrica de “Reconhecimento de mais-valias” é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT e 24 UT, cujo montante a 31 de dezembro de 2013 ascendeu 250.922 euros e 195.707 euros, respetivamente (Nota 23).

O saldo da rubrica de “Ganhos em Swap” reflete o diferencial entre o “marked-to-market” reportado a 31 de dezembro de 2012 e o montante pelo qual foi efetuado o cancelamento dos contratos de swap no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 10). As perdas apuradas com o cancelamento dos contratos de swap encontram-se reconhecidas na rubrica de “Outros gastos e perdas” (Nota 29).

## 29. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2013	2012
Juros de mora	421.610	536.731
Perdas em SWAP (Nota 10)	9.104.821	-
Donativos	14.220	231.559
Perdas em inventários	55.912	88.302
Impostos	209.200	508.402
Quotizações	98.124	120.099
Correcções de exercícios anteriores	13.171	271.161
Dívidas incobráveis	-	2.334
Outros	1.679.705	839.503
	<b>11.596.763</b>	<b>2.598.091</b>

O saldo da rubrica de “Perdas em Swap” reflete o diferencial entre o “marked-to-market” reportado a 31 de dezembro de 2012 e o montante pelo qual foi efetuado o cancelamento dos contratos de swap no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 10). Os ganhos apurados com o cancelamento dos contratos de swap encontram-se reconhecidos na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” (Nota 28).

A rubrica de “Juros de mora” em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respeita, essencialmente, a juros debitados pelos empreiteiros por atrasos no pagamento das faturas de investimento face ao que se encontrava contratualizado.

## 30. Resultados financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2013	2012
<b>Gastos e perdas</b>		
Juros suportados com financiamentos bancários	35.577.568	46.703.618
Locações financeiras	4.219.365	8.570.460
Outros gastos financeiros	31.111	22.802.422
	<b>39.828.044</b>	<b>78.076.500</b>
<b>Rendimentos de juros</b>		
Juros obtidos em aplicações financeiras	879.150	71.733
	<b>879.150</b>	<b>71.733</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(38.948.894)</b>	<b>(78.004.767)</b>

O montante de 4.219.365 euros, registado na rubrica de "Loações financeiras" respeita aos encargos financeiros suportados com os contratos de locação financeira celebrados pelo Grupo (Nota 18).

### 31. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2013						Efeito líquido
	Contas a receber		Diferimentos		Contas a pagar		
	Cientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	Outras contas a receber (Nota 13)	Rendimentos a reconhecer	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar (Nota 23)	
<b>Associadas</b>							
Publimento	2.281.624	-	-	-	-	-	2.281.624
Ensitrans A.E.I.E.	618.434	-	1.341.098	-	-	111.619	1.847.913
<b>Empreendimentos conjuntos</b>							
Otlis, A.C.E.	323.982	-	-	-	456.666	-	(132.684)
<b>Empresas relacionadas</b>							
GIL, S.A.	-	19.143.134	-	-	-	-	19.143.134
	<b>3.224.040</b>	<b>19.143.134</b>	<b>1.341.098</b>	<b>-</b>	<b>456.666</b>	<b>111.619</b>	<b>23.139.987</b>

Partes relacionadas	2012						Efeito líquido
	Contas a receber		Diferimentos		Contas a pagar		
	Cientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	Outras contas a receber (Nota 13)	Rendimentos a reconhecer	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar (Nota 23)	
	<b>Total</b>		<b>Total</b>	<b>Ferconsult</b>		<b>Total</b>	
<b>Associadas</b>							
Publimento	3.379.686	-	269.499	-	-	-	3.649.185
Ensitrans A.E.I.E.	1.215.743	-	627.469	-	-	400.319	1.442.893
<b>Empreendimentos conjuntos</b>							
Otlis, A.C.E.	-	-	-	-	2.192	-	(2.192)
<b>Empresas relacionadas</b>							
GIL, S.A.	-	14.050.474	-	-	-	-	14.050.474
	<b>4.595.429</b>	<b>14.050.474</b>	<b>896.968</b>	<b>-</b>	<b>2.192</b>	<b>400.319</b>	<b>19.140.360</b>

O saldo da rubrica "Outras contas a pagar", respeita aos saldos a pagar à Ensitrans em 31 de dezembro de 2013 e 2012, no montante 111.619 euros e 430.319 euros, respetivamente, os quais encontram-se registadas na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" (Nota 5.9).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2013				
	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos
<b>Associadas</b>					
Fernave, S.A.	-	-	-	-	-
Publimento	-	-	-	1.141	-
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	3.569.629	18.783
<b>Empreendimentos conjuntos</b>					
Otlis, A.C.E.	120.011	8.040	1.271.139	2.881.903	-
<b>Empresas relacionadas</b>					
GIL, S.A.	-	-	304.234	-	-
	<b>120.011</b>	<b>8.040</b>	<b>1.575.373</b>	<b>6.452.673</b>	<b>18.783</b>

2012					
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos
<b>Associadas</b>					
Fernave, S.A.	-	-	1.015	650	-
Publimetro	-	-	-	1.379.122	-
Ensitrans A.E.f.E.	-	-	-	3.603.339	14.456
<b>Empreendimentos conjuntos</b>					
Otlis, A.C.E.	131.928	14.050	566.916	1.827.467	-
<b>Empresas relacionadas</b>					
GIL, S.A.	-	-	304.234	(51.702)	-
	<b>131.928</b>	<b>14.050</b>	<b>872.165</b>	<b>6.758.876</b>	<b>14.456</b>

### 32. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as garantias prestadas pelo Grupo ascendiam a 61.157.244 euros e 61.157.244 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pelo Grupo relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2013, é como segue:

2013				
Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário	
Banco BPI	7.661	17-08-2011	Cm Lisboa	
Banco BPI	13.087	30-03-2010	Edp - Serv.Universal, S.A.	
Banco BPI	1.583	30-06-2010	Trib.Tribut.2ª.Inst.Lis	
Banco BPI	95.482	11-05-2006	Finanças 4ºbairro Fiscal	
Banco BPI	7.494	10-03-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ºjuízo	
Banco BPI	6.940	03-07-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ºjuízo	
Barclays Bank	17.458	25-05-1994	Petrogal	
Banco BPI	924.000	01-02-2012	4ªVARA CÍVEL LISBOA-2ªSECÇÃO	
Banco BBVA	5.926	26-07-2010	Refer	
Banco BBVA	3.519	13-04-2010	C. M. VF Xira	
Banco BBVA	35.580	02-06-2010	Tratolixo	
Banco BBVA	35.580	13-04-2010	Tratolixo	
Banco BBVA	3.990	19-02-1998	Petrogal	
Banco BBVA	6.708	24-07-2001	Porto 2001	
Banco BBVA	4.003	03-09-2001	Porto 2001	
Banco BBVA	1.632	21-03-2007	Fazenda Pública	
Banco BBVA	272.118	06-12-2010	Fazenda Pública	
Banco CGD	532.717	05-06-2013	Cosider	
Banco CGD	311.924	05-06-2013	Cosider	
Banco CGD	487.151	05-06-2013	Cosider	
Banco CGD	2.294	11-03-1996	LTE, SA	
Banco BCP	1.778	17-01-1996	LTE, SA	
Banco BCP	1.548	05-05-1995	LTE, SA	
	<b>2.780.173</b>			

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

### 33. Segmentos operacionais

Os segmentos utilizados pelos órgãos de gestão do Grupo são os seguintes:

- Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas;
- Outros.

Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são como se segue:

ANO DE 2013					
	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
Vendas e serviços prestados	81.088.387	15.971.129	-	(8.644.738)	88.414.778
Subsídios à exploração	45.383.649	14.562	-	-	45.378.211
Trabalhos para a própria entidade	1.945.091	-	-	-	1.945.091
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	132.970	-	-	-	132.970
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-	(27.345)	-	-	(27.345)
Provisões (aumentos / reduções)	2.591.191	402.056	-	-	2.993.247
Aumentos / reduções de justo valor	23.199.397	-	-	-	23.199.397
Outros rendimentos e ganhos	29.336.492	839.973	-	-	30.176.465
<b>Total dos rendimentos operacionais</b>	<b>183.657.177</b>	<b>17.200.375</b>	-	<b>(8.644.738)</b>	<b>192.212.814</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.150.462)	-	-	-	(2.150.462)
Fornecimentos e serviços externos	(31.879.718)	(3.125.539)	-	8.644.738	(26.360.519)
Gastos com o pessoal	(86.397.818)	(5.505.342)	-	-	(91.903.160)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(27.910.026)	(10.908.494)	232.260 <sup>(1)</sup>	-	(38.586.260)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	(25.000)	-	-	-	(25.000)
Outros gastos e perdas	(11.410.345)	(188.418)	-	-	(11.598.763)
<b>Total dos gastos operacionais</b>	<b>(159.773.369)</b>	<b>(19.723.793)</b>	<b>232.260</b>	<b>8.644.738</b>	<b>(170.620.164)</b>
	<b>23.883.808</b>	<b>(2.523.418)</b>	<b>232.260</b>	-	<b>21.592.650</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	879.050	100	-	-	879.150
Juros e gastos similares suportados	(38.723.273)	(1.104.771)	-	-	(39.828.044)
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas	(1.259.896)	3.320	(458.811)	-	(1.715.387)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(15.220.311)</b>	<b>(3.624.789)</b>	<b>(226.551)</b>	-	<b>(19.071.651)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	(67.525)	(134.592)	-	-	(202.117)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>(15.307.836)</b>	<b>(3.759.381)</b>	<b>(226.551)</b>	-	<b>(19.293.768)</b>

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.

(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são como se segue:

ANO DE 2012					
	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
Vendas e serviços prestados	81.733.054	15.880.858	-	(10.604.150)	87.009.762
Subsídios à exploração	46.102.194	41.846	-	-	46.144.040
Trabalhos para a própria entidade	4.464.959	-	-	-	4.464.959
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	38.230	-	-	-	38.230
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	73.712	1.156.797	-	-	1.230.509
Provisões (aumentos / reduções)	11.274.881	125.564	-	-	11.400.445
Aumentos / reduções de justo valor	(6.614.748)	-	-	-	(6.614.748)
Outros rendimentos e ganhos	4.611.385	1.064.818	-	-	5.676.003
<b>Total dos rendimentos operacionais</b>	<b>141.683.667</b>	<b>18.269.683</b>	-	<b>(10.604.150)</b>	<b>149.349.200</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.205.404)	-	-	-	(2.205.404)
Fornecimentos e serviços externos	(35.345.628)	(3.366.190)	-	10.604.150	(28.107.668)
Gastos com o pessoal	(75.297.701)	(5.954.416)	-	-	(81.252.207)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(27.718.878)	(10.964.307)	232.259 <sup>(1)</sup>	-	(38.450.926)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	(50.000)	-	-	-	(50.000)
Outros gastos e perdas	(2.346.811)	(251.280)	-	-	(2.598.091)
<b>Total dos gastos operacionais</b>	<b>(142.964.512)</b>	<b>(20.536.193)</b>	<b>232.259</b>	<b>10.604.150</b>	<b>(152.664.296)</b>
	<b>(1.280.845)</b>	<b>(2.266.510)</b>	<b>232.259</b>	-	<b>(3.315.096)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	-	71.733	-	-	71.733
Juros e gastos similares suportados	(75.118.318)	(2.960.182)	-	-	(78.078.500)
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas	(837.503)	128.118	759.767 <sup>(2)</sup>	-	50.382
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(77.234.666)</b>	<b>(5.026.841)</b>	<b>992.026</b>	-	<b>(81.269.481)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	(97.394)	(191.451)	-	-	(288.845)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>(77.332.060)</b>	<b>(5.218.292)</b>	<b>992.026</b>	-	<b>(81.558.326)</b>

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.

(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis a transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento "Outros segmentos" refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de consultoria, a entidades do grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são como se segue:

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>					
<b>ATIVO</b>					
<b>NÃO CORRENTE:</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4.361.698.549	-	-	-	4.361.698.549
Ativos fixos tangíveis	259.863.291	11.135.771	165.689.518 <sup>(1)</sup>	3.104.685	439.793.495
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	25.683.810	407.478	(6.360.437) <sup>(2)</sup>	-	19.730.851
Derivados	3.271.187	-	-	-	3.271.187
Outros ativos não correntes	47.380.813	3.140.965	-	(3.104.685)	47.416.993
<b>Total do ativo não corrente</b>	<b>4.697.897.750</b>	<b>14.684.214</b>	<b>159.329.081</b>	<b>-</b>	<b>4.871.911.045</b>
<b>CORRENTE:</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.041.708	-	-	-	2.041.708
Outros ativos correntes	88.052.909	10.530.282	-	(2.708.711)	95.874.490
Caixa e depósitos bancários	18.186.353	14.407.875	-	-	32.594.228
<b>Total do ativo corrente</b>	<b>108.280.970</b>	<b>24.938.167</b>	<b>-</b>	<b>(2.708.711)</b>	<b>128.509.426</b>
<b>Total do ativo em Investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>4.361.698.549</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.361.698.549</b>
<b>Total do ativo afetado à operação (ML)</b>	<b>442.480.171</b>	<b>39.622.381</b>	<b>159.329.081</b>	<b>(2.709.711)</b>	<b>638.721.922</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.804.178.720</b>	<b>39.622.381</b>	<b>159.329.081</b>	<b>(2.709.711)</b>	<b>5.000.420.471</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
<b>PASSIVO:</b>					
<b>NÃO CORRENTE:</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	3.600.774.086	-	-	-	3.600.774.086
Financiamentos obtidos	691.360.435	219.035.255	-	-	910.395.690
Outros passivos não correntes	13.312.201	827.581	(18.058)	17.012.122	30.933.848
Derivados	210.714.948	-	-	-	210.714.948
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	216.987.145	-	-	-	216.987.145
<b>Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>3.600.774.086</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.600.774.086</b>
<b>Total do passivo não corrente afetado à operação (ML)</b>	<b>1.132.374.729</b>	<b>219.662.836</b>	<b>(18.058)</b>	<b>17.012.122</b>	<b>1.360.031.629</b>
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>4.733.148.815</b>	<b>219.662.836</b>	<b>(18.058)</b>	<b>17.012.122</b>	<b>4.969.805.715</b>
<b>CORRENTE:</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	298.900.953	-	-	-	298.900.953
Financiamentos obtidos	176.877.441	8.305.691	-	-	185.183.132
Outros passivos correntes	49.498.733	5.935.778	-	196.520	55.631.031
<b>Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>298.900.953</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>298.900.953</b>
<b>Total do passivo corrente afetado à operação (ML)</b>	<b>228.376.174</b>	<b>14.241.469</b>	<b>-</b>	<b>196.520</b>	<b>240.814.163</b>
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>525.277.127</b>	<b>14.241.469</b>	<b>-</b>	<b>196.520</b>	<b>539.715.116</b>
<b>Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>3.899.675.039</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.899.675.039</b>
<b>Total do passivo afetado à operação (ML)</b>	<b>1.358.750.903</b>	<b>233.904.305</b>	<b>(18.058)</b>	<b>17.208.642</b>	<b>1.600.845.792</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>5.258.425.942</b>	<b>233.904.305</b>	<b>(18.058)</b>	<b>17.208.642</b>	<b>5.509.520.831</b>

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.  
(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

Os ativos e passivos por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são como se segue:

31 DE DEZEMBRO DE 2012

	Transportes de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
<b>ATIVO</b>					
<b>NÃO CORRENTE:</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4.414.234.514	-	-	-	4.414.234.514
Ativos fixos tangíveis	287.272.796	21.022.767	165.457.254 <sup>(1)</sup>	3.187.400	477.820.217
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	20.144.909	404.158	(4.941.247) <sup>(2)</sup>	(1.031.836)	14.575.984
Derivados	48.535.868	-	-	-	48.535.868
Outros ativos não correntes	30.339.867	3.188.088	-	(3.167.400)	30.360.555
<b>Total do ativo não corrente</b>	<b>4.800.527.754</b>	<b>25.515.013</b>	<b>160.516.007</b>	<b>(1.031.836)</b>	<b>4.985.526.938</b>
<b>CORRENTE:</b>					
Outros ativos correntes	87.774.120	13.845.747	-	(7.089.033)	94.530.834
Caixa e depósitos bancários	24.420.361	16.245.126	-	-	40.665.427
<b>Total do ativo corrente</b>	<b>112.194.421</b>	<b>30.090.873</b>	<b>-</b>	<b>(7.089.033)</b>	<b>135.196.261</b>
<b>Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>4.414.234.514</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.414.234.514</b>
<b>Total do ativo afetado à operação (ML)</b>	<b>498.487.661</b>	<b>55.605.886</b>	<b>160.516.007</b>	<b>(8.120.869)</b>	<b>706.488.685</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.912.722.175</b>	<b>55.605.886</b>	<b>160.516.007</b>	<b>(8.120.869)</b>	<b>5.120.723.199</b>
<b>PASSIVO:</b>					
<b>NÃO CORRENTE:</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4.189.773.808	-	-	-	4.189.773.808
Financiamentos obtidos	753.124.597	228.350.901	-	(960.000)	880.515.498
Outros passivos não correntes	522.637	1.261.956	(17.678)	19.018.353	21.885.168
Derivados	230.338.909	-	-	-	230.338.909
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	262.739.100	-	-	-	262.739.100
<b>Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>4.189.773.808</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.189.773.808</b>
<b>Total do passivo não corrente afetado à operação (ML)</b>	<b>1.246.725.143</b>	<b>229.612.857</b>	<b>(17.678)</b>	<b>18.958.353</b>	<b>1.495.278.675</b>
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>5.436.498.951</b>	<b>229.612.857</b>	<b>(17.678)</b>	<b>18.958.353</b>	<b>5.685.052.483</b>
<b>CORRENTE:</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	241.501.175	-	-	-	241.501.175
Financiamentos obtidos	102.295.038	8.034.966	-	-	110.330.004
Outros passivos correntes	47.834.848	9.440.626	-	(4.254.640)	53.020.834
<b>Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>241.501.175</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241.501.175</b>
<b>Total do passivo corrente afetado à operação (ML)</b>	<b>150.129.886</b>	<b>17.475.592</b>	<b>-</b>	<b>(4.254.640)</b>	<b>163.350.838</b>
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>391.631.061</b>	<b>17.475.592</b>	<b>-</b>	<b>(4.254.640)</b>	<b>404.852.013</b>
<b>Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>4.431.274.983</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.431.274.983</b>
<b>Total do passivo afetado à operação (ML)</b>	<b>1.396.855.029</b>	<b>247.088.449</b>	<b>(17.678)</b>	<b>14.703.713</b>	<b>1.658.629.513</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>5.828.130.012</b>	<b>247.088.451</b>	<b>(17.678)</b>	<b>14.703.713</b>	<b>6.089.904.496</b>

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização de política contabilística.  
(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para casa segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o grupo.

### 34. Acontecimentos após a data do balanço

Na sequência do despacho n.º 1023683 de 21 de janeiro de 2014 e tendo por base os termos do n.º 2 do artigo 59º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 4º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 20 de janeiro, foi determinado aumentar o capital social da Empresa em 55.000.000 euros, a subscrever pelo Estado em numerário, nas seguintes datas: (i) 20.000.000 Euros a realizar em 20 de janeiro de 2014; e (ii) 35.000.000 Euros a realizar até 12 de março de 2014. À data da aprovação destas demonstrações financeiras o aumento de capital atrás referido encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo que foram alterados os estatutos em conformidade, passando o capital social da Empresa para 1.134.179.039,20 euros.

Lisboa, 27 de junho de 2014

O Técnico Oficial de Contas

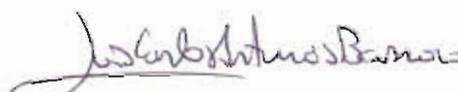


Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

## Parecer do Conselho Fiscal

# Certificação Legal das Contas do Grupo ML

